

UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

Edital 35/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2025	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	CRISTIAN FABIO TYMUS	11/11/2025 15:35 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23422.013158/2025-41

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90028/2025

CONTRATANTE (UASG)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (158658)

OBJETO

Aquisição de Bens e Materiais de Infraestrutura

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.287.053,65 (quatro milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/11/2025 às 09h:01m (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item e por grupo

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2025

Processo Administrativo nº 23422.013158/2025-41

Torna-se público que o(a) **Universidade Federal da Integração Latino-Americana**, por meio do(a) **Departamento de Licitações - DELIC**, sediado(a) Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1000 - Polo Universitário CEP: 85870-650, Foz do Iguaçu - Paraná, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de bens e materiais de infraestrutura**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.6. A licitação será dividida em item(s) e grupo(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.

1.6.1. relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.6.2. relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.6.3. Havendo divergência entre a descrição do CATMAT e do Termo de Referência, o último prevalecerá.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para o Grupo 1 e para os itens 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101 e 102 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Os demais Grupos e itens são de ampla participação.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário do item;*

6.1.2. *marca;*

6.1.3. *fabricante;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento)*.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.17.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio de sítios oficiais na web, desde que passíveis de conferência/autenticação.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido

por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço eletrônico: **licitacao@unila.edu.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://documentos.unila.edu.br/licitacoes>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.1.2. Anexo II - Termo de Ciência e concordância;

16.11.1.3. Anexo III – Especificações Técnicas dos Itens;

16.11.1.4. Apêndice do Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Proposta de Preços;

16.11.3. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4. Anexo VIII – Instrução Normativa nº 01/2024 PROAGI/UNILA.

Foz do Iguaçu, 11 de Novembro de 2025.

Diogo André Bastian
Pró-Reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIAN FABIO TYMUS

Pregoeiro

UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

Termo de Referência 185/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
185/2025	158658-UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA	CAROLINA CORAZON NUNES	04/11/2025 16:01 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23422.013158/2025-41

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Bens e Materiais de Infraestrutura, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	BANDEIRA INSTITUCIONAL DA UNILA (uso interno)	224464	Unidade	12	R\$ 251,67	R\$ 3.020,00
	2	BANDEIRAS PADRÃO OFICIAL (uso interno)	487211	Unidade	156	R\$ 62,33	R\$ 9.723,48
	3	BANDEIRA INSTITUCIONAL DA UNILA (uso externo hasteadas em mastro)	224466	Unidade	11	R\$ 500,00	R\$ 5.500,00
	4	BANDEIRAS PADRÃO OFICIAL: Brasil, Paraná, Foz do Iguaçu e Mercosul (uso externo hasteadas em mastro)	273871	Unidade	44	R\$ 353,26	R\$ 15.543,44
TOTAL GRUPO 1							R\$ 33.786,92

2	5	Armário alto (80x48cm, H=160cm)	-	Unidade	21	R\$ 2.255,00	R\$ 47.355,00
	6	Armário baixo (80x50cm, H=74cm)	-	Unidade	53	R\$ 1.170,67	R\$ 62.045,33
	7	Estação estudos 1 lug	-	Unidade	38	R\$ 2.642,50	R\$ 100.415,00
	8	Mesa modular conselho (120x60cm, H=75cm)	-	Unidade	16	R\$ 1.187,33	R\$ 18.997,33
	9	Mesa Impressora (80x60cm, h=75)	-	Unidade	40	R\$ 1.105,00	R\$ 44.200,00
	10	Mesa reunião circular (120cm; H=77cm)	-	Unidade	45	R\$ 1.284,67	R\$ 57.810,00
	11	Gaveteiro com 4 gavetas (40x60cm, H=74cm)	-	Unidade	96	R\$ 962,50	R\$ 92.400,00
TOTAL GRUPO 2							R\$ 423.222,67
3	12	Sofá 1 lugar	-	Unidade	33	R\$ 1.760,11	R\$ 58.083,63
	13	Sofá 2 lugares	-	Unidade	23	R\$ 1.425,00	R\$ 32.775,00
	14	Sofá 3 lugares	-	Unidade	36	R\$ 2.324,96	R\$ 83.698,56
TOTAL GRUPO 3							R\$ 174.557,19
4	15	Cadeira servidor giratória	-	Unidade	62	R\$ 1.996,67	R\$ 123.793,33
	16	Cadeira interlocutor estofada	-	Unidade	118	R\$ 933,33	R\$ 110.133,33
TOTAL GRUPO 4							R\$ 233.926,67
-	17	Cadeira servidor giratória, obeso	-	Unidade	20	R\$ 2.750,00	R\$ 55.000,00
-	18	Longarina	-	Unidade	20	R\$ 2.550,00	R\$ 51.000,00
-	19	Cadeira polipropileno	-	Unidade	121	R\$ 629,00	R\$ 76.109,00
-	20	Cadeira polipropileno <i>*Cota 25% reservada para ME e EPP.</i>	-	Unidade	41	R\$ 629,00	R\$ 25.789,00

-	21	Estante de aço (92x45cm, H=1,90cm)	-	Unidade	4	R\$ 469,00	R\$ 1.876,00
-	22	Mesa (120x80x75cm) e bancos ext (110x33x43cm)	-	Unidade	10	R\$ 6.875,33	R\$ 68.753,33
-	23	Cama box solteiro, baú	-	Unidade	114	R\$ 233,00	R\$ 26.562,00
-	24	Colchão solteiro tipo hospitalar	-	Unidade	114	R\$ 233,00	R\$ 26.562,00
-	25	Quadro branco (120x90cm)	-	Unidade	15	R\$ 138,13	R\$ 2.072,00
-	26	Quadro de avisos, em cortiça (120x90cm)	-	Unidade	15	R\$ 151,23	R\$ 2.268,45
-	27	Ar condicionado Split 9.000 BTU	262860	Unidade	30	R\$ 2.006,85	R\$ 60.205,40
-	28	Ar condicionado Split 12.000 BTU	395854	Unidade	30	R\$ 2.594,69	R\$ 77.840,80
-	29	Ar condicionado Split 18.000 BTU	440745	Unidade	23	R\$ 3.552,66	R\$ 81.711,18
-	30	Ar condicionado Split 18.000 BTU *Cota 25% reservada para ME e EPP.	440745	Unidade	7	R\$ 3.552,66	R\$ 24.868,62
-	31	Ar condicionado Split 24.000 BTU	480928	Unidade	23	R\$ 3.942,00	R\$ 90.666,00
-	32	Ar condicionado Split 24.000 BTU *Cota 25% reservada para ME e EPP.	480928	Unidade	7	R\$ 3.942,00	R\$ 27.594,00
-	33	Ar condicionado Split 30.000 BTU	237330	Unidade	23	R\$ 5.450,03	R\$ 125.350,69
-	34	Ar condicionado Split 30.000 BTU *Cota 25% reservada para ME e EPP.	237330	Unidade	7	R\$ 5.450,03	R\$ 38.150,21
-	35	Ar condicionado Split 36.000 BTU	441655	Unidade	23	R\$ 8.096,33	R\$ 186.215,59

-	36	Ar condicionado Split 36.000 BTU <i>*Cota 25% reservada para ME e EPP.</i>	441655	Unidade	7	R\$ 8.096,33	R\$ 56.674,31
-	37	Ar condicionado Split 48.000 BTU	239615	Unidade	38	R\$ 10.738,67	R\$ 408.069,46
-	38	Ar condicionado Split 48.000 BTU <i>*Cota 25% reservada para ME e EPP.</i>	239615	Unidade	12	R\$ 10.738,67	R\$ 128.864,04
-	39	Ar condicionado Split 60.000 BTU	239608	Unidade	38	R\$ 13.436,67	R\$ 510.593,46
-	40	Ar condicionado Split 60.000 BTU <i>*Cota 25% reservada para ME e EPP.</i>	239608	Unidade	12	R\$ 13.436,67	R\$ 161.240,04
-	41	Aquecedor a óleo - 127V - potência 200W	475408	Unidade	10	R\$ 443,26	R\$ 4.432,60
-	42	TABELA DE BASQUETE PAREDE 1,80 X 1,20 M	619602	Unidade	03	R\$ 1.801,67	R\$ 5.405,00
-	43	MASTRO DE BANDEIRA COM BASE E PONTEIRA	622051	Unidade	100	R\$ 321,67	R\$ 32.166,67
-	44	CORDA TRANÇADA	263471	METRO LINEAR	1200	R\$ 1,25	R\$ 1.495,60
-	45	MOSQUETÃO	486349	Unidade	70	R\$ 25,71	R\$ 1.799,93
-	46	Jarra em aço inoxidável	428385	Unidade	10	R\$ 49,99	R\$ 499,90
-	47	Bandeja retangular aço inoxidável com alça	218908	Unidade	10	R\$ 30,73	R\$ 307,30
-	48	Bebedouro de água, tipo industrial, 3 torneiras latão cromado, material gabinete aço inoxidável, capacidade de água: 100L	452767	Unidade	20	R\$ 2.279,10	R\$ 45.582,00
-	49	Bebedouro de Água Quente	444993	Unidade	10	R\$ 2.748,74	R\$ 27.487,43
-	50	Tubo porta-documento (Canudo porta Diploma)	368446	Unidade	1500	R\$ 4,57	R\$ 6.855,00

-	51	Totem de carregador de celular	455733	Unidade	10	R\$ 1.835,33	R\$ 18.353,33
-	52	Tenda inflável	600716	Unidade	05	R\$ 2.746,33	R\$ 13.731,67
-	53	Puff tipo pêra	461573	Unidade	20	R\$ 218,44	R\$ 8.737,47
-	54	Lousa/cavalete	472061	Unidade	06	R\$ 139,96	R\$ 839,74
-	55	Extensão múltipla com 30m reforçada	612557	Unidade	06	R\$ 501,10	R\$ 3.006,62
-	56	Projetor de alta definição (auditório)	604250	Unidade	04	R\$ 28.165,00	R\$ 112.660,00
-	57	Projetor de alta definição (auditório) <i>*Cota 25% reservada para ME e EPP.</i>	604250	Unidade	01	R\$ 28.165,00	R\$ 28.165,00
-	58	Projetor para sala de aula	602170	Unidade	23	R\$ 3.326,33	R\$ 76.505,59
-	59	Projetor para sala de aula <i>*Cota 25% reservada para ME e EPP.</i>	602170	Unidade	7	R\$ 3.326,33	R\$ 23.284,31
-	60	Tela para projeção (auditório)	231983	Unidade	05	R\$ 962,09	R\$ 4.810,45
-	61	Mesa auxiliar tipo pranchão	607688	Unidade	10	R\$ 487,00	R\$ 4.870,00
-	62	Mesa dobrável tipo maleta	439788	Unidade	20	R\$ 546,33	R\$ 10.926,60
-	63	Suporte/pedestal para banner	264698	Unidade	50	R\$ 121,93	R\$ 6.096,33
-	64	Lombada modular	486479	Unidade	20	R\$ 146,63	R\$ 2.932,67
-	65	Cone sinalização - 95cm	606361	Unidade	50	R\$ 83,38	R\$ 4.169,17
-	66	Cone sinalização - 1,14m	605726	Unidade	50	R\$ 80,50	R\$ 4.025,00
-	67	Câmera Corporal		Unidade	05	R\$ 2.201,80	R\$ 11.009,02
-	68	Sistema circuito fechado TV - NVR	628180	Conjunto	10	R\$ 3.996,00	R\$ 39.959,97

-	69	Fonte Alimentação Ininterrupta Tipo: No-Break	615876	Unidade	04	R\$ 1.928,27	R\$ 7.713,07
-	70	Câmera IP com leitura automática de placas		Unidade	15	R\$ 5.980,59	R\$ 89.708,85
-	71	Câmera IP com leitura automática de placas <i>*Cota 25% reservada para ME e EPP.</i>		Unidade	5	R\$ 5.980,59	R\$ 29.902,95
-	72	Câmera VIP 5440 IA		Unidade	30	R\$ 2.625,77	R\$ 78.773,10
-	73	Câmera VIP 1300 MINI SD		Unidade	25	R\$ 765,07	R\$ 19.126,75
-	74	Câmera Speed Dome IP		Unidade	04	R\$ 3.427,67	R\$ 13.710,67
-	75	Caixa Passagem	607912	Unidade	200	R\$ 11,20	R\$ 2.239,33
-	76	Radio comunicador	460666	Unidade	20	R\$ 2.117,56	R\$ 42.351,13
-	77	Multiteste/multímetro	616913	Unidade	02	R\$ 321,67	R\$ 643,33
-	78	Estação de solda		Unidade	02	R\$ 521,53	R\$ 1.043,06
-	79	Testador de cabo e rede LINKIQ	608124	KIT	03	R\$ 153,96	R\$ 461,89
-	80	Impressora cartão PVC	612075	Unidade	01	R\$ 10.750,00	R\$ 10.750,00
-	81	Módulo de laminação impressora de cartão PVC		Unidade	01	R\$ 15.250,00	R\$ 15.250,00
-	82	Fragmentadora profissional	607689	Unidade	02	R\$ 8.630,00	R\$ 17.260,00
-	83	Sinalizador Automotivo - Giroflex	613372	Unidade	04	R\$ 1.698,46	R\$ 6.793,85
-	84	Detector de metal	441567	Unidade	10	R\$ 50,72	R\$ 507,17
-	85	Apito Tráfego	238794	Unidade	05	R\$ 28,83	R\$ 144,15
-	86	Lanterna tática	623131	Unidade	05	R\$ 160,89	R\$ 804,47

-	87	Colete preto	460417	Unidade	20	R\$ 360,74	R\$ 7.214,87
-	88	Megafone	605860	Unidade	02	R\$ 137,93	R\$ 275,86
-	89	Tonfa	299290	Unidade	05	R\$ 34,83	R\$ 174,15
-	90	Mesa de som digital		Unidade	01	R\$ 32.079,17	R\$ 32.079,17
-	91	Microfone sem fio de mão	475684	KIT	06	R\$ 3.751,11	R\$ 22.506,64
-	92	Caixa acústica amplificada 2 vias	485465	Unidade	04	R\$ 4.401,48	R\$ 17.605,93
-	93	Caixa acústica amplificada sub-grave	388577	Unidade	02	R\$ 4.201,38	R\$ 8.402,76
-	94	Multicabo para microfone de 12 vias numeradas	361805	Unidade	01	R\$ 1.260,67	R\$ 1.260,67
-	95	Multicabo para microfone de 24 vias numeradas	366421	Unidade	01	R\$ 2.551,13	R\$ 2.551,13
-	96	Distribuidor HDMI 1X4	625974	Unidade	04	R\$ 76,92	R\$ 307,69
-	97	Organizador de cabos		Unidade	200	R\$ 0,60	R\$ 119,60
-	98	Carrinho de transporte de cilindro de gás	373743	Unidade	03	R\$ 843,80	R\$ 2.531,41
-	99	Geladeira duplex, cap. mínima 370L, 127V		Unidade	36	R\$ 2.583,73	R\$ 93.014,28
-	100	Fogão elétrico, de bancada, 2 acendedores, 220V		Unidade	34	R\$ 139,80	R\$ 4.753,20
-	101	Forno microondas 25L, 127V		Unidade	34	R\$ 575,67	R\$ 19.572,67
-	102	Lavadora de roupas convencional, 12kg, 127V		Unidade	34	R\$ 1.701,67	R\$ 57.856,67
TOTAL ESTIMADO							R\$ 4.287.053,65

1.2. A descrição detalhada de cada item encontra-se no Anexo III.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 11806275000133-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 09/07/2024;

III) Id do item no PCA: 393, 394 e 395;

VI) Classe/Grupo: 7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO, 7310 - EQUIPAMENTOS PARA COZINHAR, ASSAR E SERVIR ALIMENTOS e 5895 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA COMUNICAÇÕES;

V) Identificador da Futura Contratação: 158658-91/2025, 158658-91/2025 e 158658-91/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Na produção dos materiais – preferencialmente com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento;

4.1.2. Modo de produção – sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;

4.1.3. Embalagens compactas;

4.1.4. Produtos que economizem água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental;

4.1.5. Na destinação final, produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reúso;

4.1.6. Produtos reciclados;

Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

I - bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), estipulados na descrição detalhada de cada item (Anexo I).

4.3. Ressalta-se que não se trata de escolha de marca/modelo, mas apenas de uma qualificação para que os fornecedores entendam o bem pretendido pela universidade. Em todos os casos, serão aceitos materiais de natureza similar/equivalente ou superior, desde que compatíveis com a especificação técnica.

Da exigência de amostra

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.5.1. Bandeira Institucional (uso interno); e;

4.5.2. Bandeira Institucional (uso externo).

4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço Avenida Tarquínio Joslin dos Santos, 1000 - Polo Universitário, CEP: 85870-650 | Foz do Iguaçu - Paraná - Prefeitura Universitária, Sala G214, no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. Tecido cor roxa “berinjela” que deverá ser de acordo com o manual de identidade visual da UNILA;

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.15. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por ser uma contratação de baixa complexidade, que será cumprida no momento da entrega dos bens (entrega imediata).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) solicitação de fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Macucos, 131, Portal da Foz, CEP 85859-450, mediante agendamento pelo telefone 45 3522 9992 / 45 3522 9996 / 45 3522 9993 ou e-mails almoxarifado@unila.edu.br ou logistica@unila.edu.br, ou em outro endereço dentro da cidade de Foz do Iguaçu - PR, a ser definido no momento da solicitação de fornecimento.

5.4. Caso, no momento da solicitação de fornecimento, não seja informado o endereço de entrega dos materiais, fica estipulado o descrito no item acima como sendo o local da entrega.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, encontra-se estipulados na descrição detalhada de cada item (Anexo I), ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “f” a “g” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. O prazo de entrega é improrrogável, salvo mediante solicitação do fornecedor de forma justificada e apresentada em até 05 (cinco) dias do vencimento do prazo inicial.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O fornecedor terá até 30 (trinta) dias para a retirada / coleta dos bens rejeitados no todo ou em parte, a contar da data da comunicação do fato pela Unila, às suas custas.

8.7. Passado o período acima estipulado a Unila poderá destinar o material não retirado / coletado conforme melhor entender e sem quaisquer ônus, salvo em caso de manifestação por escrito e/ou agendamento para retirada / coleta do material por parte do fornecedor.

8.8. Na hipótese de conserto e/ou substituição do fornecido, devido a quaisquer inconformidades, o prazo para nova verificação da qualidade e quantidade do material para consequente recebimento definitivo será de 30 (trinta) dias contados do novo recebimento provisório ou reparação do material.

8.9. A reparação que trata o item anterior deverá ocorrer de forma imediata e sem prejuízo da qualidade do material fornecido, mediante agendamento.

8.10. Na impossibilidade de reparar o material defeituoso de forma imediata, a licitante vencedora deverá substituir o item por outro com especificações iguais ou superiores.

8.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.12. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.13. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.15. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.17. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.20.1. o prazo de validade;

8.20.2. a data da emissão;

8.20.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.20.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.20.5. o valor a pagar; e

8.20.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.21. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.22. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.23.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.23.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.28. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.30. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.33. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.35. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.35.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.35.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.35.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.35.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.36. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em JULHO / 2025.

8.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 4.287.053,65 (quatro milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cinquenta e três reais e sessenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato constante deste Anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
 - 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ~~ou na contratação direta~~, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, SubSeção Judiciária de Foz do Iguaçu para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOASIO DE AQUINO
Agente de contratação

CAMILA HELOISA DA SILVA
Agente de contratação

CAROLINA CORAZON NUNES
Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 16:01:03.

ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

GRUPO 1

Item 01: Bandeira Institucional (uso interno)

BANDEIRA INSTITUCIONAL DA UNILA (ver especificações abaixo). Necessário amostra do tecido antes da fabricação da bandeira.

Bandeira com características oficiais, estampada, dupla-face, em tecido 100% poliéster, de alta resistência. Tamanho (0,90 x 1,28). Tarja reforçada com entretela, acompanha ilhós de latão. Costura reforçada em todas as laterais. Cores nítidas, brilhantes e de alta solidez.

Bandeira com logo da UNILA na cor branca, estampado sobre o tecido de cor roxa “berinjela” (de acordo com o manual de identidade visual da UNILA) e modelo da bandeira de acordo com o layout em anexo. Necessário envio da amostra do tecido roxo antes da confecção da bandeira.

Item 02: Bandeiras Padrão Oficial (uso interno)

BANDEIRAS PADRÃO OFICIAL: Brasil, Paraná, Foz do Iguaçu, Mercosul, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Granada, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai, Trinidad e Tobago, Venezuela e ONU.

Bandeira com características oficiais, estampada, dupla-face, em tecido 100% poliéster, de alta resistência. Tamanho (0,90 x 1,28). Tarja reforçada com entretela, acompanha ilhós de latão. Costura reforçada em todas as laterais. Cores nítidas, brilhantes e de alta solidez.

Item 03: Bandeira Institucional (uso externo hasteadas em mastro)

BANDEIRA INSTITUCIONAL DA UNILA (ver especificações abaixo) . Necessário amostra do tecido antes da fabricação da bandeira.

Bandeira para uso Externo padrão oficial: dupla-face, tecido sobrepostos, brasão estampado, em tecido 100% poliéster, de alta resistência. Tamanho 4 panos (2,56 largura x 1,80 altura). Tarja reforçada com entretela, acompanha ilhós de latão. Costura reforçada em todas laterais. Cores nítidas, brilhantes e de alta solidez. Confecção conforme Normas ABNT NBR no 16286/2014 , ABNT NBR no 16287/2014, para Confecção de Bandeiras, e Lei Nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. As bandeiras devem seguir suas respectivas normas e leis.

Bandeira com logo da UNILA na cor branca, estampado sobre o tecido de cor roxa “berinjela” (de acordo com o manual de identidade visual da UNILA) e modelo da bandeira de acordo com o layout em anexo. Necessário envio da amostra do tecido roxo antes da confecção da bandeira.

Item 04: Bandeiras Padrão Oficial (uso externo hasteadas em mastro)

BANDEIRAS PADRÃO OFICIAL: Brasil, Paraná, Foz do Iguaçu e Mercosul

Bandeira para uso Externo padrão oficial: dupla-face, tecido sobrepostos, brasão estampado, em tecido 100% poliéster, de alta resistência. Tamanho 4 panos (2,56 largura x 1,80 altura). Tarja reforçada com entretela, acompanha ilhós de latão. Costura reforçada em todas laterais. Cores nítidas, brilhantes e de alta solidez. Confecção conforme Normas ABNT NBR no 16286/2014 , ABNT NBR no 16287/2014, para

Confecção de Bandeiras, e Lei Nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. As bandeiras devem seguir suas respectivas normas e leis.

GRUPO 2

Item 05: Armário alto

Armário Alto em MDF BP, com 04 prateleiras reguláveis e 02 portas com giro de 270°.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 800 mm; Profundidade: 480 mm; Altura: 1600 mm; CORES: Maple - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) ou similar (Definido pela UNILA no momento do pedido)

COMPONENTES METÁLICOS: Alumínio.

CHAPÉU SUPERIOR E BASE INFERIOR: Em MDF de no mínimo 25mm de espessura, sem emendas, revestidos em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

ESTRUTURA: Armário com laterais em MDF 25mm, sem emendas, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas frontal e posterior em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, demais bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, todas coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

Fundo em MDF 18mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

Interno com 04 prateleiras reguláveis em MDF 25mm de espessura revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento da borda frontal em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, demais bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, todas coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

As laterais devem possuir furos a cada 35mm para a regulagem da altura das prateleiras através de 04 pinos metálicos e 04 encaixes plásticos na face inferior da prateleira, oferecendo perfeito travamento.

Rodapé em aço, seção retangular de 30x20mm, com sapatas reguladoras de nível, de diâmetro 15mm (mínimo), fixadas através de rebite repuxo.

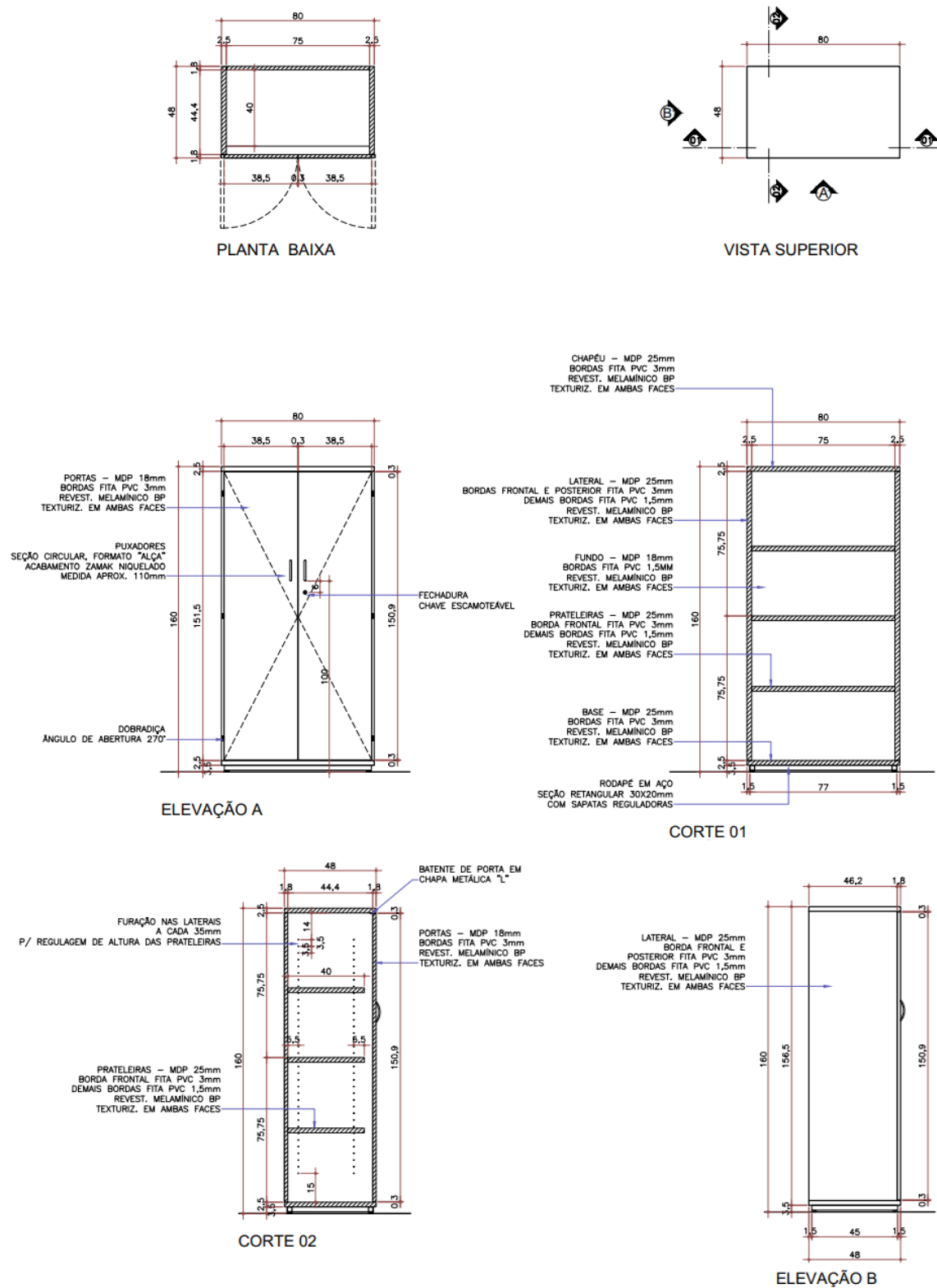
PORTAS: 02 portas baixas de girar, abertura mínima de 270° (03 dobradiças em cada porta), em MDF de 18mm de espessura, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt. Fechadura com travamento simultâneo superior e inferior tipo cremona, com chave escamoteável.

Puxadores, seção circular, curvados e no formato “alça”, com aproximadamente 110mm de comprimento, acabamento “Zamac” niquelado.

COMPONENTES METÁLICOS: Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor preto.

MONTAGEM: As laterais, fundo, chapéu superior e base inferior são ligados entre si pelo sistema minifix, possibilitando a montagem e desmontagem dos mesmos, várias vezes, sem perder a qualidade.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.
Certificado NBR 13961/10



Item 06: Armário baixo
Armário Baixo em MDF BP, com 01 prateleira regulável e 02 portas com giro de 270°.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 800 mm; Profundidade: 480 mm; Altura: 740 mm;
CORES: Maple - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) ou similar (Definido pela UNILA no momento do pedido)

COMPONENTES METÁLICOS: Alumínio.

TAMPO SUPERIOR E BASE INFERIOR: Em MDF de no mínimo 25mm de espessura, sem emendas, revestidos em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

ESTRUTURA: Armário com laterais em MDF 25mm, sem emendas, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas frontal e posterior em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, demais bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, todas coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

Fundo em MDF 18mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

Interno com 01 prateleira regulável em MDF 25mm de espessura revestida em laminado

melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento da borda frontal em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, demais bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, todas coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

As laterais devem possuir furos a cada 35mm para a regulagem da altura da prateleira através de 04 pinos metálicos e 04 encaixes plásticos na face inferior da prateleira, oferecendo perfeito travamento.

Rodapé em aço, seção retangular de 30x20mm, com sapatas reguladoras de nível, de diâmetro 15mm (mínimo), fixadas através de rebite repuxo.

PORTAS: 02 portas baixas de girar, abertura mínima de 270° (02 dobradiças em cada porta), em MDF de 18mm de espessura, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt. Fechadura com travamento simultâneo superior e inferior tipo cremona, com chave escamoteável.

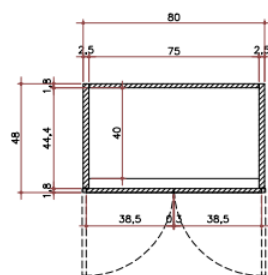
Puxadores, seção circular, curvados e no formato "alça", com aproximadamente 110mm de comprimento, acabamento "Zamac" niquelado.

COMPONENTES METÁLICOS: Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor preto.

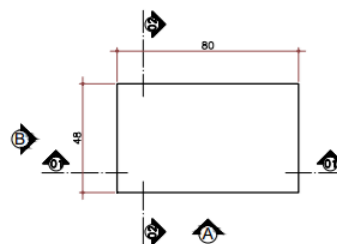
MONTAGEM: As laterais, fundo, tampo superior e base inferior são ligados entre si pelo sistema minifix, possibilitando a montagem e desmontagem dos mesmos, várias vezes, sem perder a qualidade.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.

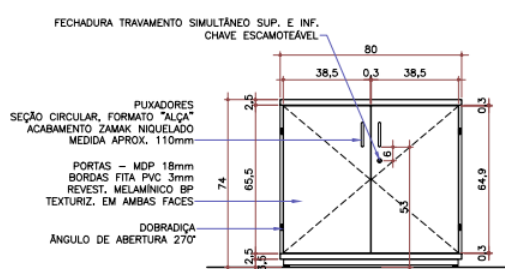
Certificado NBR 13961/10



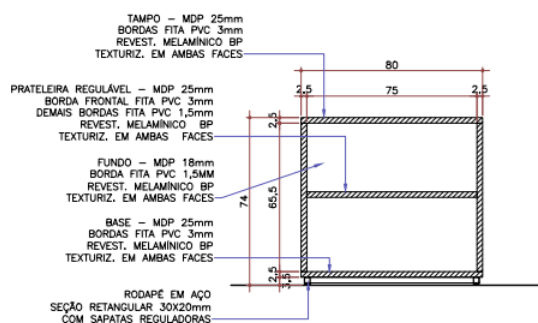
PLANTA BAIXA



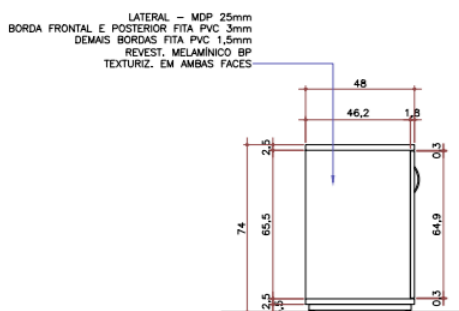
VISTA SUPERIOR



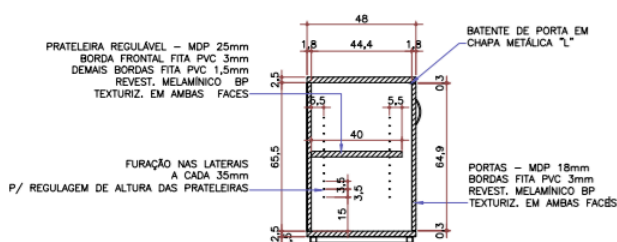
ELEVACÃO A



CORTE 01



ELEVACÃO B



CORTE 02

Item 07: Estação de Estudo Individual

Estação de Estudo Individual com laterais, fechamento frontal e tampo em MDF BP, interno com calha para passagem de fiação.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 800 mm; Profundidade do Tampo: 600 mm; Profundidade: 800 mm; Altura Tampo: 750 mm; Altura: 1350 mm;

CORES: Maple - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) ou similar (Definido pela UNILA no momento do pedido)

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

TAMPO: Em MDF de no mínimo 25mm de espessura, sem emendas, revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt. Passa fio plástico de 60mm na cor do móvel.

ESTRUTURA: Balcão com laterais em MDF 25mm, sem emendas, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, todas as bordas

com acabamento em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt. Passa fio plástico de 60mm na cor do móvel, sendo uma unidade em cada uma das laterais, dispostas junto à calha estrutural.

Fechamento frontal em MDF 25mm de espessura, revestido em laminado melamínico de

baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas superior e inferior em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, demais bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, todas coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

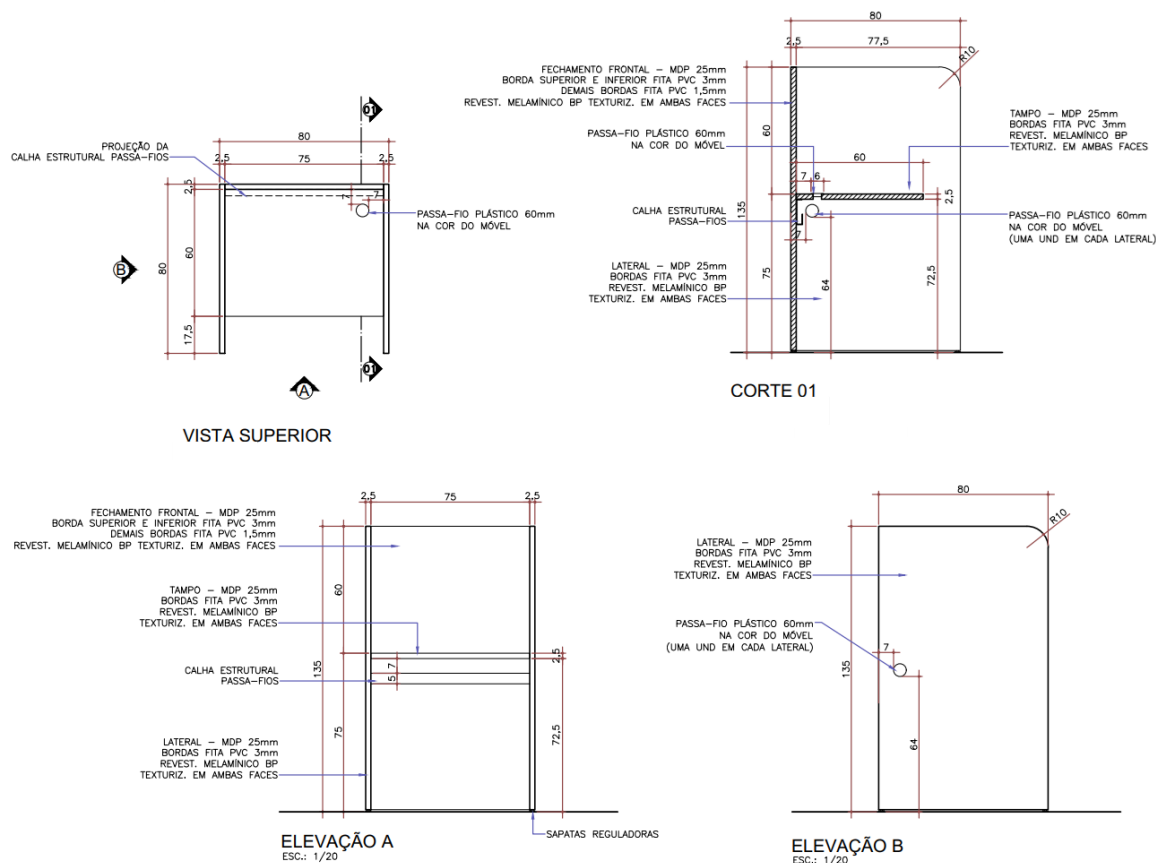
Calha estrutural horizontal para passagem de fiação sob o tampo, permitindo o acesso a todo cabeamento de energia, lógico e telefônico, em chapa de aço #18 (1,20mm) de espessura (mínimo), fixada às estruturas laterais e fechamento frontal da estação através de rebites de repuxo e parafusos de aço, medindo 120mm de altura aproximadamente, com suportes para tomadas em chapa de aço fixados nas calhas através de encaixe, de fácil remoção.

Sapatas reguladoras de nível, de diâmetro 15mm (mínimo), com rosca, fixadas na base do móvel através de bucha plástica.

COMPONENTES METÁLICOS: Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor cinza cristal.

MONTAGEM: As laterais, fechamento frontal e tampo são ligados entre si pelo sistema minifix, possibilitando a montagem e desmontagem dos mesmos, várias vezes, sem perder a qualidade.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.



Item 08: Mesa de reuniões modular conselho

Mesa de Reuniões Modular Conselho com tampo em MDF BP, pés metálicos e calha para passagem de fiação.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 1200 mm; Profundidade: 600 mm; Altura: 740 mm;
CORES: Maple - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) ou similar (Definido pela UNILA no momento do pedido)

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

TAMPO: Em MDF de no mínimo 25mm de espessura, sem emendas, revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt. Passa fio plástico de 60mm na cor do móvel. Tampo fixado às estruturas laterais da mesa através de parafusos de aço e buchas metálicas.

ESTRUTURA: Mesa com dois pés em aço em forma de “I”. Estrutura vertical em chapa dobrada de aço #18 (1,20mm) de espessura (mínimo), não sendo permitido utilização de perfil de aço fechado, formando 02 colunas paralelas em forma de pórtico, distanciadas entre si em 120mm, com fechamento lateral externo e interno removíveis para passagem de fiação em chapa dobrada de aço #22 (0,75mm) de espessura (mínimo). Travamento superior do pórtico em tubo de aço com seção retangular 20x40mm em chapa #18 (1,20mm) de espessura (mínimo).

Travamento inferior do pórtico em chapa de aço estampada, no formato arco, de #14 (1,90mm) de espessura (mínimo), com extremidades arredondadas no mesmo material.

No travamento inferior colocação de rebites de repuxo de aço para adaptação de sapatas

reguladoras de nível, de diâmetro 50mm (mínimo).

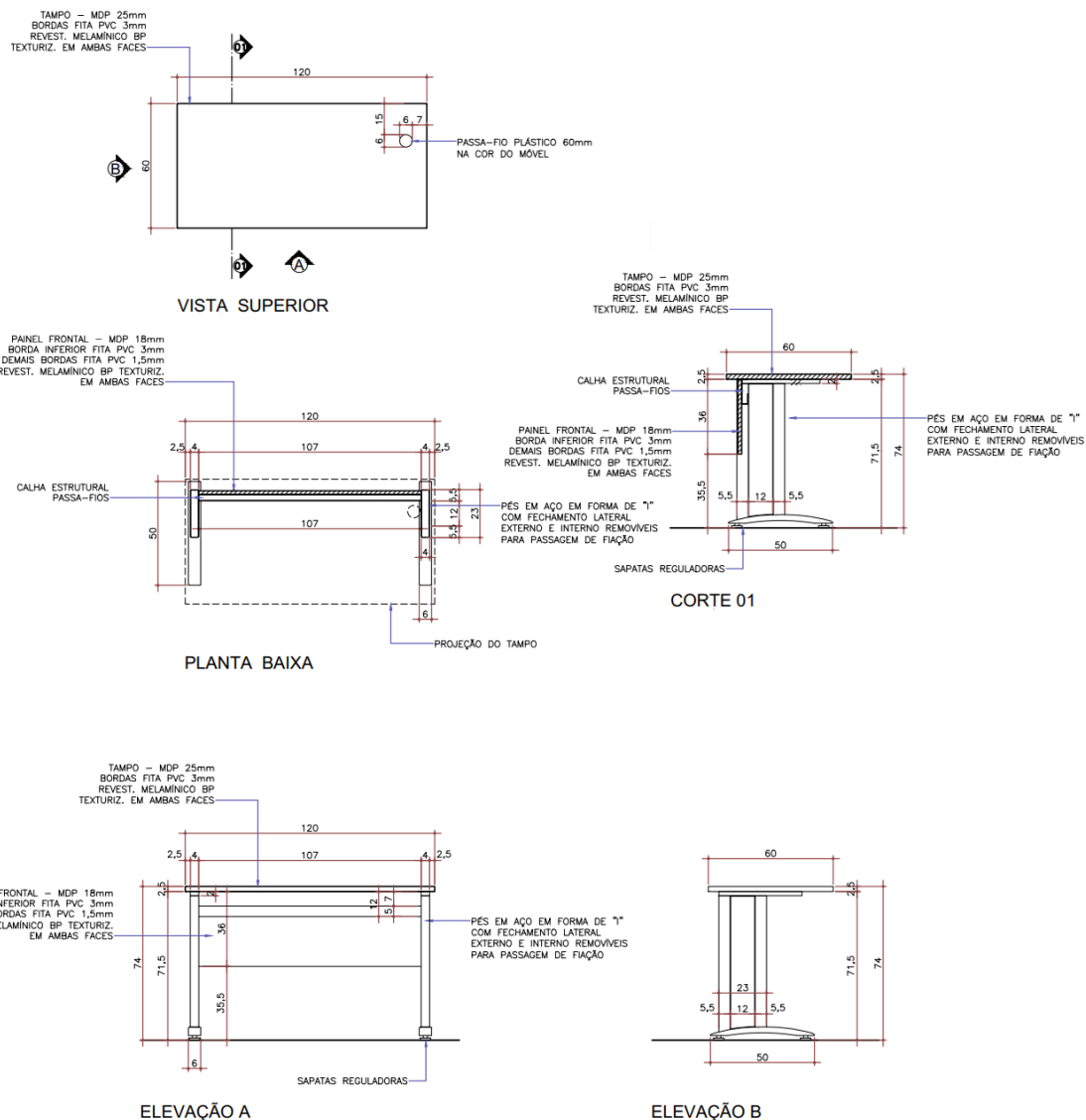
Fechamento frontal em MDF 18mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento da borda inferior em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, demais bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, todas coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

Calha estrutural horizontal para passagem de fiação sob o tampo, permitindo o acesso a todo cabeamento de energia, lógico e telefônico, em chapa de aço #18 (1,20mm) de espessura (mínimo), fixada às estruturas laterais e fechamento frontal da mesa através de rebites de repuxo e parafusos de aço, medindo 120mm de altura aproximadamente, com suportes para tomadas em chapa de aço fixados nas calhas através de encaixe, de fácil remoção.

COMPONENTES METÁLICOS: Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor cinza cristal.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.

Certificado NBR 13966/08 e laudo de corrosão conforme NBR 8095/15



Item 09: Mesa para impressora

Mesa para Impressora com tampo em MDF BP, pés metálicos e calha para passagem de fiação.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 800 mm; Profundidade: 600 mm; Altura: 740 mm;
CORES: Maple - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) ou similar (Definido pela UNILA no momento do pedido)

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

TAMPO: Em MDF de no mínimo 25mm de espessura, sem emendas, revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt. Passa fio plástico de 60mm na cor do móvel.

Tampo fixado às estruturas laterais da mesa através de parafusos de aço e buchas metálicas.

ESTRUTURA: Mesa com dois pés em aço em forma de “I”. Estrutura vertical em chapa dobrada de aço #18 (1,20mm) de espessura (mínimo), não sendo permitido utilização

de perfil de aço fechado, formando 02 colunas paralelas em forma de pórtico, distanciadas entre si em 120mm, com fechamento lateral externo e interno removíveis para passagem de fiação em chapa dobrada de aço #22 (0,75mm) de espessura (mínimo). Travamento superior do pórtico em tubo de aço com seção retangular 20x40mm em chapa #18 (1,20mm) de espessura (mínimo).

Travamento inferior do pórtico em chapa de aço estampada, no formato arco, de #14 (1,90mm) de espessura (mínimo), com extremidades arredondadas no mesmo material. No travamento inferior colocação de rebites de repuxo de aço para adaptação de sapatas

reguladoras de nível, de diâmetro 50mm (mínimo).

Fechamento frontal em MDF 18mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento da borda inferior em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, demais bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, todas coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

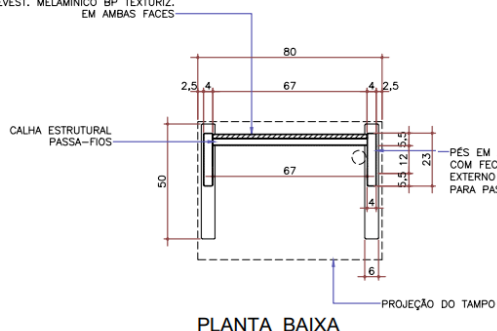
Calha estrutural horizontal para passagem de fiação sob o tampo, permitindo o acesso a todo cabeamento de energia, lógico e telefônico, em chapa de aço #18 (1,20mm) de espessura (mínimo), fixada às estruturas laterais e fechamento frontal da mesa através de rebites de repuxo e parafusos de aço, medindo 120mm de altura aproximadamente, com suportes para tomadas em chapa de aço fixados nas calhas através de encaixe, de fácil remoção.

COMPONENTES METÁLICOS: Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor cinza cristal.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.

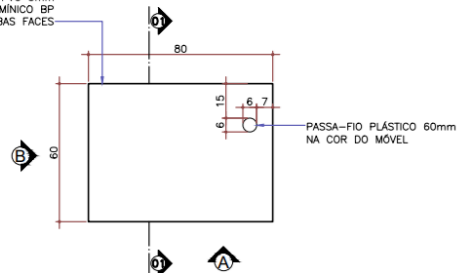
Certificado NBR 13966/08 e laudo de corrosão conforme NBR 8095/15

PAINEL FRONTAL – MDP 18mm
BORDA INFERIOR FITA PVC 3mm
DEMAIS BORDAS FITA PVC 1,5mm
REVEST. MELAMINICO BP TEXTURIZ.
EM AMBAS FACES

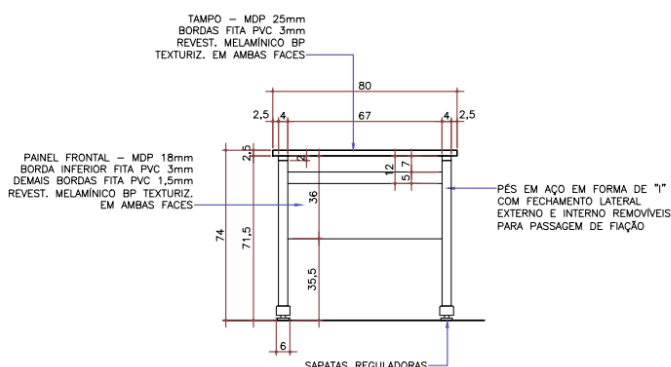


PLANTA BAIXA

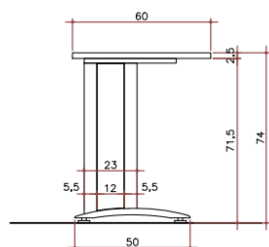
TAMPO – MDP 25mm
BORDAS FITA PVC 3mm
REVEST. MELAMINICO BP
TEXTURIZ. EM AMBAS FACES



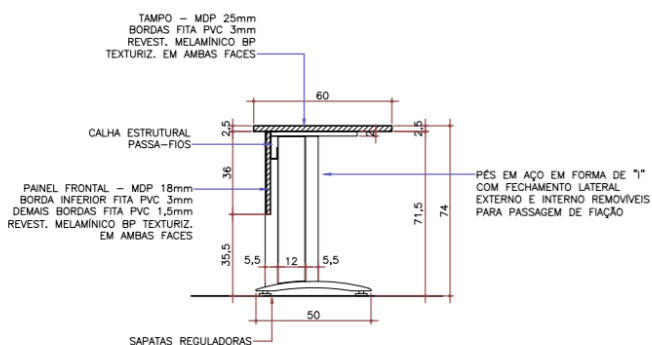
VISTA SUPERIOR



ELEVÇÃO A



ELEVÇÃO B



CORTE 01

Item 10: Mesa reunião circular

Mesa de Reuniões Circular com tampo em MDF BP e pé metálico.

MEDIDAS APROXIMADAS: Diâmetro: 1200 mm; Altura: 740 mm;

CORES: Maple - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) ou similar (Definido pela UNILA no momento do pedido)

COMPONENTES METÁLICOS: Alumínio.

TAMPO: Em MDF de no mínimo 25mm de espessura, sem emendas, revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

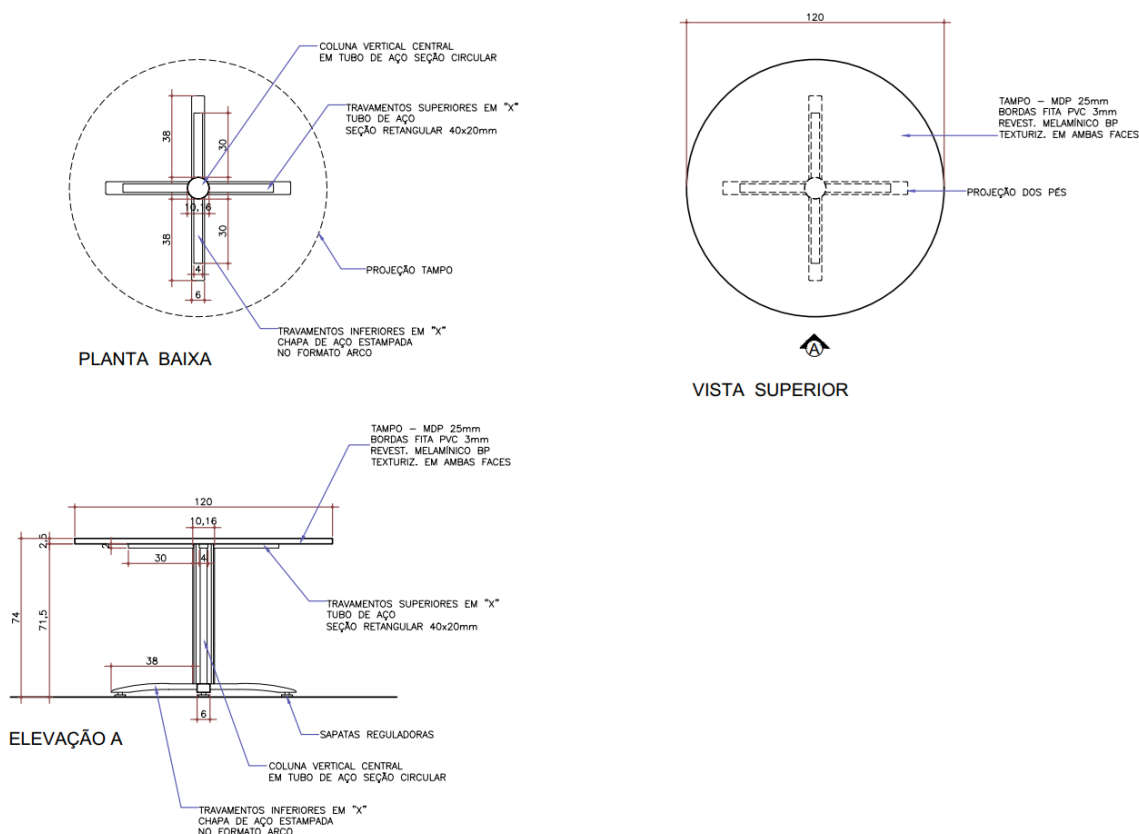
Tampo fixado à estrutura central da mesa através de parafusos de aço e buchas metálicas.

ESTRUTURA: Mesa com um pé central, formado por coluna vertical em tubo de aço, seção circular, de 04" (101,60mm) de diâmetro em chapa #16 (1,50mm) de espessura (mínimo). Travamentos superiores em "X" em tubo de aço com seção retangular 20x40mm em chapa #18 (1,20mm) de espessura (mínimo). Travamentos inferiores com 04 hastes (mínimo) dispostas em "X", em chapa de aço estampada, no formato de arco, de #14 (1,90mm) de espessura (mínimo), com extremidades arredondadas no mesmo material, sendo que a dimensão do conjunto deve garantir a estabilidade da mesa. Nos travamentos inferiores colocações de rebites de repuxo de aço para adaptação de sapatas reguladoras de nível, de diâmetro 50mm (mínimo).

COMPONENTES METÁLICOS: Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor cinza cristal.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.

Certificado NBR 13966/08 e laudo de corrosão conforme NBR 8095/15



Item 11: Gaveteiro

Gaveteiro em MDF BP, composto por 04 gavetas

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 400 mm; Profundidade: 600 mm; Altura: 740 mm;
CORES: Maple - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) - mod. Nogal Champagne (marca Guararapes), Imbirema (marca Sudati), Ciliegio (marca Arauco) ou similar (Definido pela UNILA no momento do pedido)

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

TAMPO E BASE INFERIOR: Em MDF de no mínimo 25mm de espessura, sem emendas, revestidos em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

ESTRUTURA: Gaveteiro com laterais em MDF 18mm, sem emendas, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas frontal e posterior em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, demais bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, todas coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

Fundo em MDF 18mm de espessura, revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

Rodapé em aço, seção retangular de 30x20mm, com sapatas reguladoras de nível, de diâmetro 15mm (mínimo), fixadas através de rebite repuxo.

GAVETAS: Caixas das gavetas em MDF 18mm e fundo das gavetas em MDF 9mm, todos revestidos em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Face superior das caixas das gavetas com acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, demais bordas em fita de PVC 1,5mm de espessura, todas coladas a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

Frentes das gavetas em MDF 18mm, revestidas em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, acabamento das bordas em fita de PVC de no mínimo 2mm de espessura com raio mínimo de 1,5mm, colada a quente mecanicamente utilizando adesivo do tipo hot melt.

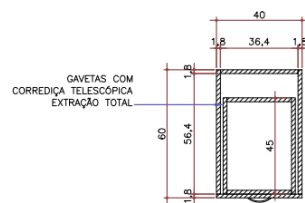
Corrediças telescópica de duplo estágio de abertura com deslizamento sobre esferas de aço cromo polido e extração total da gaveta, removível do corpo por sistema de encaixe. Fechadura com travamento simultâneo das 04 gavetas, com chave escamoteável. Puxadores, seção circular, curvados e no formato “alça”, com aproximadamente 110mm de comprimento, acabamento “zamac” niquelado.

COMPONENTES METÁLICOS: Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor preto.

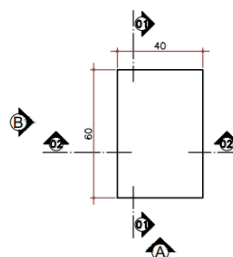
MONTAGEM: As laterais, tampo e base inferior são ligados entre si pelo sistema minifix, possibilitando a montagem e desmontagem dos mesmos, várias vezes, sem perder a qualidade.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.

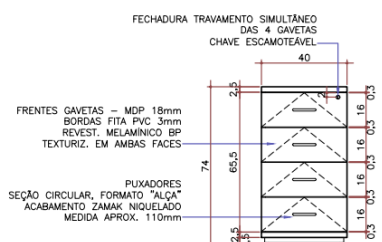
Certificado NBR 13961/10.



PLANTA BAIXA



VISTA SUPERIOR



ELEVÇÃO A

CAIXAS GAVETAS - MDP 18mm / FUNDO MDP 9mm
BORDAS SUPERIORES FITA PVC 3mm
DEMAIS BORDAS FITA PVC 1,5mm
REVEST. MELAMINICO BP TEXTURIZ. EM AMBAS FACES

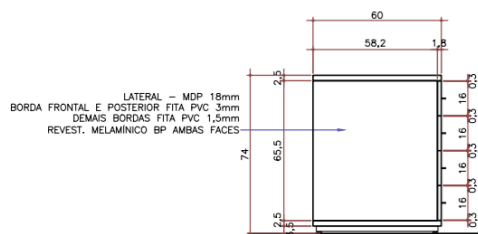
LATERAL - MDP 18mm
BORDA FRONTAL E POSTERIOR FITA PVC 3mm
DEMAIS BORDAS FITA PVC 1,5mm
REVEST. MELAMINICO BP AMBAS FACES

BASE - MDP 25mm
BORDAS FITA PVC 3mm
REVEST. MELAMINICO BP
TEXTURIZ. EM AMBAS FACES

RODAPÉ EM AÇO
SEÇÃO RETANGULAR 30X20mm
COM SAPATAS REGULADORAS

TAMPO - MDP 25mm
BORDAS FITA PVC 3mm
REVEST. MELAMINICO BP
TEXTURIZ. EM AMBAS FACES

CORTE 02



ELEVÇÃO B

CAIXAS GAVETAS -
MDP 18mm / FUNDO MDP 9mm
BORDAS SUPERIORES FITA PVC 3mm
DEMAIS BORDAS FITA PVC 1,5mm
REVEST. MELAMINICO BP
TEXTURIZ. EM AMBAS FACES

FUNDO - MDP 18mm
BORDAS FITA PVC 1,5mm
REVEST. MELAMINICO BP
TEXTURIZ. EM AMBAS FACES

RODAPÉ EM AÇO
SEÇÃO RETANGULAR 30X20mm
COM SAPATAS REGULADORAS

FRENTES GAVETAS - MDP 18mm
BORDAS FITA PVC 3mm
REVEST. MELAMINICO BP
TEXTURIZ. EM AMBAS FACES

CORTE 01

GRUPO 3

Item 12: Sofá 1 lugar

Sofá de um lugar, revestido em couro sintético, dotado de apoia-braços e almofadas individualizadas.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura Assento estofado: 550 mm; Profundidade Assento estofado: 500 mm; Altura do Assento com relação ao chão: 400 mm; Largura Encosto estofado: 550 mm; Altura Encosto estofado: 350 mm; Altura Total do sofá: 750 mm; Largura Apoia Braço: 150 mm;

CORES: Preto.

TECIDO: Couro Sintético Preto.

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

ESTRUTURA: Estrutura em madeira maciça tratada de 22mm de espessura (mínimo), sendo inteiramente revestida em couro sintético, recebendo camadas internas de estofamento em espuma poliuretano com densidade de 26 g/cm³ e 45kg/m³ envolvidas por camada de fibra de poliéster, de modo que sua superfície seja almofadada. Estrutura com espessura mínima de 100mm. Dotada de percintas elásticas internas para sustentação do assento e do encosto, com 50mm de largura, montadas em dispositivo controlador de tensionamento.

Apoia Braço laterais com estrutura em madeira maciça tratada de 22mm de espessura (mínimo), com largura mínima de 150mm, sendo inteiramente revestidos em couro sintético, recebendo camadas internas de estofamento em espuma poliuretano com densidade de 26 g/cm³ e 45kg/m³ envolvidas por camada de fibra de poliéster, de

modo que sua superfície seja almofadada.

Pés cilíndricos em ABS injetado na cor preta, de diâmetro 60mm (mínimo).

ALMOFADAS ENCOSTO E ASSENTO: Almofada individual, removível do assento confeccionada em espuma com densidade de no mínimo 26g/cm³, com no mínimo de 180mm de espessura, fixada por meio de fitas “velcro”, inteiramente encapada com couro sintético, dotada de uma camada de fibra ou espuma sob a superfície superior. Almofada individual, removível do encosto confeccionada em espuma com densidade de no mínimo 26g/cm³, com no mínimo de 100mm de espessura, com inclinação de 100° em relação ao assento, fixada por meio de fitas “velcro”, inteiramente encapada com couro sintético, dotadas de uma camada de fibra ou espuma sob a superfície frontal. Costuras rebatidas, com fio de nylon na cor do revestimento.

Garantia mínima: 3 (três) anos.

Laudo da espuma conforme NBR 8537/15.

Item 13: Sofá 2 lugares

Sofá dois lugares em couro sintético, com apoia-braços e almofadas individualizadas.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura Assento estofado: 1400 mm; Profundidade Assento estofado: 570 mm; Altura do Assento com relação ao chão: 450 mm; Largura total do sofá: 1700 mm; Altura Total do sofá: 800 mm; Largura Apoia Braço: 150 mm

* Dimensões aproximadas, sendo permitida variação máxima de 5%

CORES: Preto.

TECIDO: Couro Sintético Preto.

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

ESTRUTURA: Estrutura em madeira maciça tratada de 22mm de espessura (mínimo), sendo inteiramente revestida em couro sintético, recebendo camadas internas de estofamento em espuma poliuretano com densidade de 26 g/cm³ e 45kg/m³ envolvidas por camada de fibra de poliéster, de modo que sua superfície seja almofadada. Estrutura com espessura mínima de 100mm. Dotada de percintas elásticas internas para sustentação do assento e do encosto, com 50mm de largura, montadas em dispositivo controlador de tensionamento. Apoia Braço laterais com estrutura em madeira maciça tratada de 22mm de espessura (mínimo), com largura mínima de 150mm, sendo inteiramente revestidos em couro sintético, recebendo camadas internas de estofamento em espuma poliuretano com densidade de 26 g/cm³ e 45kg/m³ envolvidas por camada de fibra de poliéster, de modo que sua superfície seja almofadada. Pés cilíndricos em ABS injetado na cor preta, de diâmetro 60mm (mínimo).

ALMOFADAS ENCOSTO E ASSENTO: Almofada individual, removível do assento confeccionada em espuma com densidade de no mínimo 26g/cm³, com no mínimo de 180mm de espessura, fixada por meio de fitas “velcro”, inteiramente encapada com couro sintético, dotada de uma camada de fibra ou espuma sob a superfície superior. Almofada individual, removível do encosto confeccionada em espuma com densidade de no mínimo 26g/cm³, com no mínimo de 100mm de espessura, com inclinação de 100° em relação ao assento, fixada por meio de fitas “velcro”, inteiramente encapada com couro sintético, dotadas de uma camada de fibra ou espuma sob a superfície fronta. Costuras rebatidas, com fio de nylon na cor do revestimento.

Garantia mínima: 3 (três) anos.

Laudo da espuma conforme NBR 8537/15.

Item 14: Sofá 3 lugares

Sofá três lugares em couro sintético, com apoia-braços e almofadas individualizadas

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura Assento estofado: 2000 mm; Profundidade Assento estofado: 570 mm; Altura do Assento com relação ao chão: 450 mm; Largura total do sofá: 2300 mm; Altura Total do sofá: 800 mm; Largura Apoia Braço: 150 mm

* Dimensões aproximadas, sendo permitida variação máxima de 5%

CORES: Preto.

TECIDO: Couro Sintético Preto.

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

ESTRUTURA: Estrutura em madeira maciça tratada de 22mm de espessura (mínimo), sendo inteiramente revestida em couro sintético, recebendo camadas internas de estofamento em espuma poliuretano com densidade de 26 g/cm³ e 45kg/m³ envolvidas por camada de fibra de poliéster, de modo que sua superfície seja almofadada. Estrutura com espessura mínima de 100mm. Dotada de percintas elásticas internas para sustentação do assento e do encosto, com 50mm de largura, montadas em dispositivo controlador de tensionamento. Apoia Braço laterais com estrutura em madeira maciça tratada de 22mm de espessura (mínimo), com largura mínima de 150mm, sendo inteiramente revestidos em couro sintético, recebendo camadas internas de estofamento em espuma poliuretano com densidade de 26 g/cm³ e 45kg/m³ envolvidas por camada de fibra de poliéster, de modo que sua superfície seja almofadada. Pés cilíndricos em ABS injetado na cor preta, de diâmetro 60mm (mínimo).

ALMOFADAS ENCOSTO E ASSENTO: Almofada individual, removível do assento confeccionada em espuma com densidade de no mínimo 26g/cm³, com no mínimo de 180mm de espessura, fixada por meio de fitas “velcro”, inteiramente encapada com couro sintético, dotada de uma camada de fibra ou espuma sob a superfície superior. Almofada individual, removível do encosto confeccionada em espuma com densidade de no mínimo 26g/cm³, com no mínimo de 100mm de espessura, com inclinação de 100° em relação ao assento, fixada por meio de fitas “velcro”, inteiramente encapada com couro sintético, dotadas de uma camada de fibra ou espuma sob a superfície frontal. Costuras rebatidas, com fio de nylon na cor do revestimento.

Garantia mínima: 3 (três) anos.

Laudo da espuma conforme NBR 8537/15.

GRUPO 4

Item 15: Cadeira giratória servidor (3 alavancas)

Cadeira giratória, braços com regulagem de altura e mecanismos de ajuste de altura e de inclinação para assento e para encosto.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura Assento estofado: 480 mm; Profundidade Assento estofado: 460 mm; Variação da Altura do Assento com relação ao chão: 450 mm a 600

mm; Largura Encosto estofado: 460 mm; Altura Encosto estofado: 600 mm; Variação da Altura Total da cadeira: 970 mm a 1200 mm; Largura Apoia Braço: 70 mm; Profundidade Apoia Braço: 250 mm.

CORES: Preto

TECIDO: Poliéster.

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

ASSENTO: Interno em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão e espessura de 10,5mm. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura média de 40mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.

ENCOSTO: Interno em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão e espessura de 10,5mm. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m³ e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura média de 40mm.

Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.

SUPORTE COM REGULAGEM E CAPA DE ACABAMENTO PARA ENCOSTO

Suporte para encosto com regulagem fabricado em chapa de aço estampada de 6,00mm

com nervura estrutural de reforço que confere alta resistência mecânica. Acabamento em

pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi-pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Capa do suporte injetada em polipropileno texturizado para acabamento entre o encosto e assento.

Apoio lombar com **regulagem de altura** com curso de 65mm com **12 estágios** e acionamento automático sem necessidade de botões ou manípulos. Sistema de regulagem fabricado em resina de engenharia poliamida (nylon 6) de alta resistência mecânica e durabilidade, com engates fáceis, precisos e isento de ruídos.

COLUNA DE REGULAGEM DE ALTURA E TUBO TELESCÓPICO DE ACABAMENTO PARA ASSENTO

Coluna de regulagem de altura por acionamento a gás com 125mm de curso, fabricada em tubo de aço de 1,50mm de espessura. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em EPÓXI pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a coluna com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Bucha guia para pistão, injetada em resina de engenharia poliacetal de alta resistência ao desgaste e calibrada individualmente em dois passes, com precisão de 0,03mm. Comprimento de 86mm proporcionando a guia adequada para o perfeito funcionamento do conjunto, evitando folgas e garantindo a durabilidade. Pistões a gás para regulagem de altura em conformidade com a norma DIN 4550, fixados ao tubo central através de porca rápida. Movimento de rotação da coluna sobre rolamento de esferas tratadas termicamente garantindo alta resistência ao desgaste e mínimo atrito suavizando o movimento de

rotação. Sistema preciso de acoplamento ao mecanismo e a base através de cone morse, conferindo facilidade para montagem e casos eventuais de manutenção. Capa telescópica de 3 elementos, injetada em polipropileno texturizado como elemento de ligação estética entre a base e o mecanismo.

MECANISMO COM REGULAGEM INDEPENDENTE DE INCLINAÇÃO DO ASSENTO E

INCLINAÇÃO DO ENCOSTO (2 ALAVANCAS)

Mecanismo em chapa de aço estampada de 3mm. Acabamento do corpo e encosto em pintura eletrostática totalmente automatizada, em EPÓXI pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente o mecanismo com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Mecanismo com regulagem independente de inclinação do assento e do encosto com bloqueio em qualquer posição.

Assento com inclinação regulável com curso de -5° a $+7^{\circ}$. Travamento através de sistema tipo “freio fricção” de lâminas de comando por alavanca de ponta excêntrica que permite a liberação e o bloqueio de forma simples e com mínimo esforço através de simples toque (não sendo necessário o aperto através de rosca na alavanca).

Encosto com inclinação regulável com curso de -7° a $+14^{\circ}$. Sistema de “contato permanente” do encosto junto ao dorso do usuário, através de um segundo sistema “freio-fricção” de 07 lâminas de comando por alavanca de ponta excêntrica independente, também alojada no mecanismo, o que permite a liberação e o bloqueio de forma simples e com mínimo esforço através de simples toque (não sendo necessário o aperto através de rosca na alavanca).

BASE: Base com 05 patas, fabricada por processo de injeção em resina de engenharia, poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta, modificador de impacto e fibra de vidro com características de excepcional tenacidade, resistência mecânica, resistência a abrasão dos calçados e produtos químicos. Com 05 (cinco) hastes e sistema de encaixe, de diâmetro de 11mm, para engate do eixo vertical do rodízio, dispensando o uso de buchas de fixação. Sistema de acoplamento à coluna central através de cone morse, conferindo facilidade para montagem e casos eventuais de manutenção.

RODÍZIOS: Rodízio duplo, com rodas de 50mm de diâmetro, injetadas em resina de engenharia, poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto, eixo vertical em aço trefilado com diâmetro de 11mm e eixo horizontal em aço trefilado com diâmetro de 8mm. Eixo vertical dotado de anel elástico em aço que possibilita acoplamento fácil e seguro à base.

APOIA-BRAÇOS: Apoia-braços com alma de aço estrutural revestido em poliuretano pré-polímero integral skin, texturizado, possuindo toque macio e altíssima resistência ao rasgo. Suporte do apoiabrazo regulável, injetado em termoplástico composto texturizado e alma de aço estrutural estampada de 6,00mm de espessura. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em EPÓXI pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Possui regulagem vertical com 7 estágios e curso de 55mm.

Sistema interno de regulagem fabricado em resina de engenharia poliacetal conferindo alta resistência ao desgaste e durabilidade ao produto.

COMPONENTES METÁLICOS: Todo material em aço é soldado com solda eletrônica MIG, e recebe pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor preto.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.

Certificado NBR 13962/18 e NBR 8537/15.

Item 16: Cadeira Interlocutor estofada

Cadeira interlocutor estofada, fixa e estrutura balanço.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura Assento estofado: 480 mm; Profundidade Assento estofado: 460 mm; Altura do Assento com relação ao chão: 450 mm; Largura Encosto estofado: 450 mm; Altura Encosto estofado: 400 mm; Altura Total da cadeira: 900 mm.

CORES: Preto

TECIDO: Poliéster.

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

ASSENTO: Interno em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão e espessura de 10,5mm. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura média de 40mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.

ENCOSTO: Interno em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão e espessura de 10,5mm. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m³ e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura média de 40mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de pvc. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.

SUORTE PARA ENCOSTO E CAPA DE ACABAMENTO: Suporte para encosto fixo fabricado em chapa de aço estampada de 6,00mm com nervura estrutural de reforço que confere alta resistência mecânica. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi-pó com pré tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Capa do suporte para encosto injetada em polipropileno texturizado conferindo perfeito acabamento entre o assento e o encosto.

ESTRUTURA: Estrutura balanço, fixa, contínua, em tubo de aço curvado com diâmetro de 25,40mm e espessura de 2,25mm. Placa de fixação do assento em aço estampado de 3,00mm. Sapatas envelopantes injetadas em polipropileno.

COMPONENTES METÁLICOS: Todo material em aço é soldado com solda eletrônica MIG, e recebe pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor preto.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.

Certificado NBR 13962/06 e NBR 8537/15

Item 17: Cadeira giratória obeso (3 alavancas)

Cadeira giratória adaptada para obeso (até 170 kg), braços com regulagem de altura e mecanismos de ajuste de altura e de inclinação para assento e para encosto.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura Assento estofado: 600 mm; Profundidade Assento estofado: 550 mm; Variação da Altura do Assento com relação ao chão: 450 mm a 600 mm; Largura Encosto estofado: 500 mm; Altura Encosto estofado: 600 mm; Variação da Altura Total da cadeira: 970 mm a 1200 mm; Largura Apoia Braço: 70 mm; Profundidade Apoia Braço: 250 mm;

CORES: Preto

TECIDO: Poliéster.

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

ASSENTO: Interno em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão e espessura de 10,5mm. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura média de 40mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.

ENCOSTO: Interno em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com pressão e espessura de 10,5mm. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m³ e moldada anatomicamente com saliência para apoio lombar e espessura média de 40mm.

Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.

SUPORTE COM REGULAGEM E CAPA DE ACABAMENTO PARA ENCOSTO

Suporte para encosto com regulagem fabricado em chapa de aço estampada de 6,00mm

com nervura estrutural de reforço que confere alta resistência mecânica. Acabamento em

pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi-pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Capa do suporte injetada em polipropileno texturizado para acabamento entre o encosto e assento.

Apoio lombar com **regulagem de altura** com curso de 65mm com **12 estágios** e acionamento automático sem necessidade de botões ou manípulos. Sistema de regulagem fabricado em resina de engenharia poliamida (nylon 6) de alta resistência mecânica e durabilidade, com engates fáceis, precisos e isento de ruídos.

COLUNA DE REGULAGEM DE ALTURA E TUBO TELESCÓPICO DE ACABAMENTO PARA ASSENTO

Coluna de regulagem de altura por acionamento a gás com 125mm de curso, fabricada em tubo de aço de 1,50mm de espessura. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em EPÓXI pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a coluna com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Bucha guia para pistão, injetada em resina de engenharia poliacetal de alta resistência ao desgaste e calibrada individualmente em dois passes, com precisão de 0,03mm. Comprimento de 86mm proporcionando a guia adequada para o perfeito funcionamento do conjunto, evitando folgas e garantindo a durabilidade. Pistões a gás para regulagem de altura em

conformidade com a norma DIN 4550, fixados ao tubo central através de porca rápida. Movimento de rotação da coluna sobre rolamento de esferas tratadas termicamente garantindo alta resistência ao desgaste e mínimo atrito suavizando o movimento de rotação. Sistema preciso de acoplamento ao mecanismo e a base através de cone morse, conferindo facilidade para montagem e casos eventuais de manutenção. Capa telescópica de 3 elementos, injetada em polipropileno texturizado como elemento de ligação estética entre a base e o mecanismo.

MECANISMO COM REGULAGEM INDEPENDENTE DE INCLINAÇÃO DO ASSENTO E

INCLINAÇÃO DO ENCOSTO (2 ALAVANCAS)

Mecanismo em chapa de aço estampada de 3mm. Acabamento do corpo e encosto em pintura eletrostática totalmente automatizada, em EPÓXI pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente o mecanismo com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Mecanismo com regulagem independente de inclinação do assento e do encosto com bloqueio em qualquer posição.

Assento com inclinação regulável com curso de -5° a $+7^{\circ}$. Travamento através de sistema tipo "freio fricção" de lâminas de comando por alavanca de ponta excêntrica que permite a liberação e o bloqueio de forma simples e com mínimo esforço através de simples toque (não sendo necessário o aperto através de rosca na alavanca).

Encosto com inclinação regulável com curso de -7° a $+14^{\circ}$. Sistema de "contato permanente" do encosto junto ao dorso do usuário, através de um segundo sistema "freio-fricção" de 07 lâminas de comando por alavanca de ponta excêntrica independente, também alojada no mecanismo, o que permite a liberação e o bloqueio de forma simples e com mínimo esforço através de simples toque (não sendo necessário o aperto através de rosca na alavanca).

BASE: Base com 05 patas, fabricada por processo de injeção em resina de engenharia, poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta, modificador de impacto e fibra de vidro com características de excepcional tenacidade, resistência mecânica, resistência a abrasão dos calçados e produtos químicos. Com 05 (cinco) hastes e sistema de encaixe, de diâmetro de 11mm, para engate do eixo vertical do rodízio, dispensando o uso de buchas de fixação. Sistema de acoplamento à coluna central através de cone morse, conferindo facilidade para montagem e casos eventuais de manutenção.

RODÍZIOS: Rodízio duplo, com rodas de 50mm de diâmetro, injetadas em resina de engenharia, poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto, eixo vertical em aço trefilado com diâmetro de 11mm e eixo horizontal em aço trefilado com diâmetro de 8mm. Eixo vertical dotado de anel elástico em aço que possibilita acoplamento fácil e seguro à base.

APOIA-BRAÇOS: Apoia-braços com alma de aço estrutural revestido em poliuretano pré-polímero integral skin, texturizado, possuindo toque macio e altíssima resistência ao rasgo. Suporte do apoiabrazo regulável, injetado em termoplástico composto texturizado e alma de aço estrutural estampada de 6,00mm de espessura. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em EPÓXI pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Possui regulagem vertical com 7 estágios e curso de 55mm.

Sistema interno de regulagem fabricado em resina de engenharia poliacetal conferindo alta resistência ao desgaste e durabilidade ao produto.

COMPONENTES METÁLICOS: Todo material em aço é soldado com solda eletrônica MIG, e recebe pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber à pintura.

Pintura epóxi pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor preto.
Garantia mínima: 5 (cinco) anos.
Certificado NBR 13962/18 e NBR 8537/15.

Item 18: Cadeira longarina 03 lugares

Cadeira Longarina 03 lugares, sem braço

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura Assento estofado: 460 mm; Profundidade Assento estofado: 420 mm; Altura do Assento com relação ao chão: 450 mm; Largura Encosto estofado: 410 mm; Altura Encosto estofado: 350 mm; Largura Total da Longarina: 1530 mm; Altura Total da Longarina: 830 mm;

CORES: Preto

TECIDO: Poliéster.

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

ASSENTO: Assento tripartido, interno em compensado multilâminas de madeira moldada

anatômica a quente com pressão e espessura de 10,5mm. Espuma em poliuretano

flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 50 a 55 kg/m³ e moldada anatômica com espessura média de 40mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.

ENCOSTO: Encosto tripartido, interno em compensado multilâminas de madeira moldada anatômica a quente com pressão e espessura de 10,5mm. Espuma em poliuretano flexível HR, isento de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade de 45 a 50 kg/m³ e moldada anatômica com saliência para apoio lombar e espessura média de 40mm. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC. De fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e resistente a produtos químicos.

SUPORTE PARA ENCOSTO E CAPA DE ACABAMENTO: Suporte para encosto fixo fabricado em chapa de aço estampada de 6,00mm com nervura estrutural de reforço que confere alta resistência mecânica. Acabamento em pintura eletrostática totalmente automatizada em epoxi-pó com pré-tratamento antiferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície com película de aproximadamente 100 microns com propriedades de resistência a agentes químicos. Capa do suporte para encosto injetada em polipropileno texturizado conferindo perfeito acabamento entre o assento e o encosto.

ESTRUTURA: Travessa inferior contínua de ligação e fixação dos assentos confeccionada em tubo de aço de seção retangular 80x40mm, com espessura de 2,25mm. Placa de fixação do assento em chapa de aço estampado de 3,00mm, aplicada à travessa inferior por meio de abraçadeiras.

Abraçadeira confeccionada em barra chata de aço, aplicadas às barras de longarina por meio de parafusos sextavados flangeado.

Pés da longarina confeccionadas em tubo de aço de seção oblonga 80x40mm, com espessura de 2,25mm, fixados na travessa inferior através de solda MIG. Base inferior em chapa de aço estampada, no formato arco, de #14 (1,90mm) de espessura (mínimo), com extremidades arredondadas no mesmo material. No travamento inferior colocação de rebites de repuxo de aço para adaptação de sapatas reguladoras de nível, de diâmetro 50mm (mínimo).

COMPONENTES METÁLICOS: Todo material em aço é soldado com solda eletrônica MIG, e recebe pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor preto.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.

Certificado NBR 8537/15

Item 19 e 20: Cadeira interlocutor polipropileno empilhável

Cadeira Interlocutor empilhável, assento e encosto em polipropileno e estrutura palito.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura Assento em polipropileno: 460 mm; Profundidade Assento em polipropileno: 400 mm; Altura do Assento com relação ao chão: 450 mm; Largura Encosto em polipropileno: 460 mm; Altura Encosto em polipropileno: 260 mm; Altura Total: 830 mm;

CORES: Preto

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

ASSENTO: Fundido em polipropileno com alta pressão, aditivado, permitindo suportar esforço mecânico de até 580 kg por impulso vertical de queda. Moldado com contornos ergonômicos para conforto das pernas, evitando pressão sanguínea. Fixado na estrutura através de presilhas já fundidas no próprio assento, além da colocação de 06 (seis) parafusos tipo AA cabeça chata e 04 (quatro) rebites de alumínio, o que permite uma resistência maior quanto a qualquer tipo de esforço não convencional.

Assento com respiradores (furos).

ENCOSTO: Fundido em polipropileno com alta pressão, aditivado, permitindo suportar esforço mecânico de até 420 kg por impulso na diagonal de até 90°. Moldado em contorno vertebral com encaixes retangulares na estrutura, travamento com pino tampão no mesmo polipropileno aditivado.

Encosto com respiradores medindo aproximadamente 10x10mm, na quantidade de 04 (quatro) unidades por fileira, e possuindo no mínimo 04 (quatro) fileiras.

ESTRUTURA: Cadeira com 04 (quatro) pés tipo "palito", em tubo de aço curvado com diâmetro de 25,40mm e espessura de 2,25mm, permitindo o empilhamento de no mínimo 10 unidades. Duas travas superiores de reforço na transversal das laterais. Estrutura do encosto em tubo de aço oblongo, em chapa #18 (1,20mm) de espessura (mínimo), e estrutura do assento em tubo de aço oblongo, de 30x16mm, em chapa #16 (1,50mm) de espessura (mínimo).

COMPONENTES METÁLICOS: Todo material em aço é soldado com solda eletrônica MIG, e recebe pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa.

Garantia mínima: 5 (cinco) anos.

Laudo de Corrosão conforme NBR 8095/15.

Item 21: Estante de aço para caixa arquivo

Estante de aço para caixa arquivo com 06 prateleiras, desmontável e regulável.

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 920 mm; Profundidade: 420 mm; Altura: 2000 mm;

CORES: Cinza ou Branco (Definido pela UNILA no momento do pedido)

COMPONENTES METÁLICOS: Aço.

ESTRUTURA: Estante alta em aço, desmontável e regulável composta por quatro colunas em perfil "L" de no mínimo 35 x 35mm, com comprimento de 2000mm, confeccionadas em chapa de aço nº14 com perfuração a cada 50mm. Dois reforços em "X" em cada uma das laterais, confeccionados em chapa de aço nº 14.

Interno com seis prateleiras, confeccionadas em chapa de aço nº20 e com reforço tipo "Ômega", com capacidade de carga distribuída de 100kg por plano; dobras triplas na parte frontal, posterior e nas laterais das prateleiras, de forma que nenhuma aresta possa ocasionar cortes ao usuário. Todo o conjunto deverá receber tratamento antiferrugem e acabamento em pintura epóxi pó.

COMPONENTES METÁLICOS: Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, na cor cinza cristal.

Garantia mínima: 3 (três) anos

Item 22: conjunto de mesa e banco de mobiliário urbano

Mesa externa com 2 bancos, estrutura em aço galvanizado e tampo/assento em madeira

MEDIDAS APROXIMADAS - MESA: Comprimento: 1200mm; Largura: 800mm; Altura: 750mm; BANCOS: Comprimento: 1200mm; Largura: 330mm; Altura: 430mm.

MESA: estrutura confeccionada em tubo de aço galvanizado de, no mínimo, 70x30/1,5mm com superfícies lixadas e acabamento em pintura a pó eletrostática. Tampo em madeira de lei, do tipo Jatobá ou similar equivalente, secada em estufa, tratada e certificada pelo IBAMA, sendo formado por réguas de, no mínimo, 120x3,8x3cm, 3cm lixadas nas quatro bordas, com acabamento a partir de duas demãos de verniz especial para áreas externas. As réguas de madeira deverão ser fixadas à estrutura com intervalos de 1cm entre elas através de parafusos, sendo que estes deverão ser rebaixados.

BANCOS: estrutura confeccionada em tubo de aço galvanizado de, no mínimo, 70x30/1,5 mm com superfícies lixadas e acabamento em pintura a pó eletrostática. Assento em madeira de lei, do tipo Jatobá ou similar equivalente, seca em estufa, tratada e certificada pelo IBAMA, sendo formado por réguas de, no mínimo, 110x3,8x3,3cm, lixadas nas quatro bordas, com acabamento a partir de duas demãos de verniz especial para áreas externas. As réguas de madeira deverão ser fixadas à estrutura com intervalos de 1cm entre elas através de parafusos, sendo que estes deverão ser rebaixados.

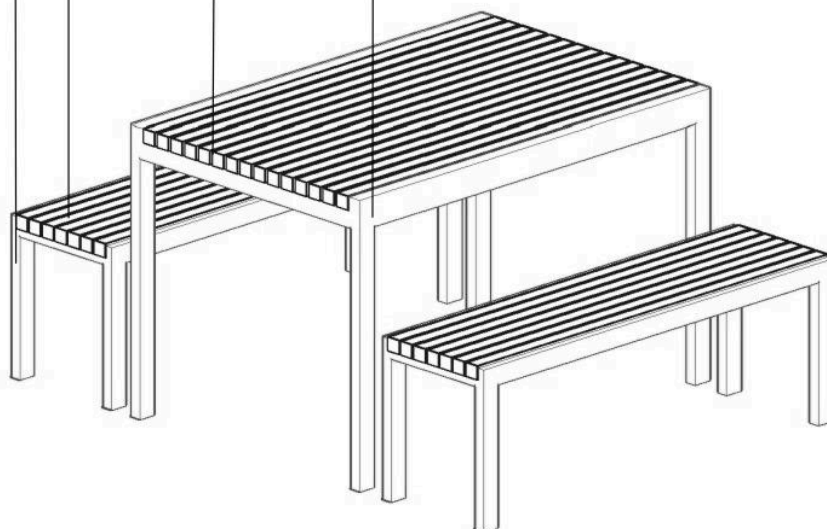
Garantia mínima: 1 ano

estrutura confeccionada em tubo de aço galvanizado de, no mínimo, 70x30/1,5 mm soldado e pintado em tinta em pó

Asento em ripas de madeira de lei, de, no mínimo, 110x3,8x3,3cm

Tampo em ripas de madeira de lei, de, no mínimo, 120x3,8x3,3cm

Estrutura confeccionada em tubo de aço galvanizado de, no mínimo, 70x30/1,5 mm soldado e pintado em tinta em pó



Perspectiva

Estrutura confeccionada em tubo de aço galvanizado de, no mínimo, 70x30/1,5 mm soldado e pintado em tinta em pó

Tampo em ripas de madeira de lei, de, no mínimo, 120x3,8x3,3cm

Estrutura de apoio ao tampo, confeccionada em tubo de aço galvanizado de, no mínimo, 70x30/1,5 mm

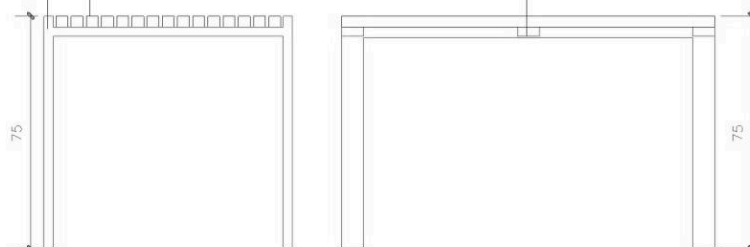


Vista Superior - Mesa

Estrutura confeccionada em tubo de aço galvanizado de, no mínimo, 70x30/1,5 mm soldado e pintado em tinta em pó

Tampo em ripas de madeira de lei, de, no mínimo, 110x3,8x3,3cm

Estrutura de apoio das ripas

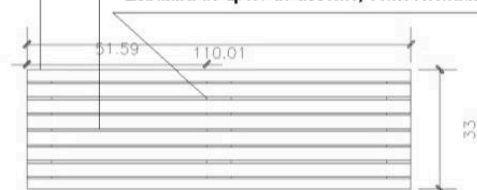


Cortes - Mesa

Estrutura confeccionada em tubo de aço galvanizado de, no mínimo, 70x30/1,5 mm soldado e pintado em tinta em pó

Tampo em ripas de madeira de lei, de, no mínimo, 110x3,8x3,3cm

Estrutura de apoio ao assento, confeccionada no mesmo tubo de aço



Vista Superior - Banco

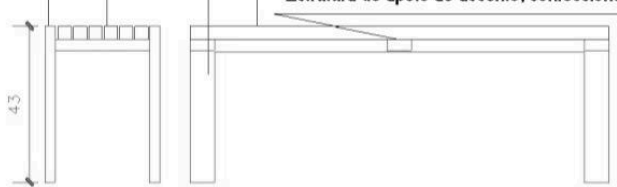
Estrutura confeccionada em tubo de aço galvanizado de, no mínimo, 70x30/1,5 mm soldado e pintado em tinta em pó

Tampo em ripas de madeira de lei, de, no mínimo, 110x3,8x3,3cm

Estrutura confeccionada em tubo de aço galvanizado de, no mínimo, 70x30/1,5 mm soldado e pintado em tinta em pó

Assento em ripas de madeira de lei, de, no mínimo, 110x3,8x3,3cm

Estrutura de apoio ao assento, confeccionada no mesmo tubo de aço



Cortes - Banco

Item 23: Cama box solteiro

Cama box solteiro, baú

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 880mm; Comprimento: 1880mm; Altura: 460mm

Cama box baú solteiro em madeira de reflorestamento tratada, sistema de abertura e fechamento com pistões a gás, conter alça de apoio para evitar deslocamento do colchão quando da abertura do box. Tecido antiderrapante para não deslizamento do colchão. Manta de espuma revestindo as laterais. Revestimento interno e externo em Couro Sintético na cor Bege.

Conter 06 (seis) pés em alumínio.

Garantia: 12 meses.

Item 24: Colchão solteiro

Colchão solteiro tipo hospitalar, D33

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 880mm; Comprimento: 1880mm; Altura: 150mm

Colchão solteiro tipo hospitalar, confeccionado em espuma poliuretano 100%, com densidade 33 selada, peso suportado 100kg. Revestimento em napa impermeável, tecido resistente a derramamento de líquido, cor azul, sem abertura.

Garantia: 24 meses

Certificação: Inmetro

Item 25: Quadro branco

Lousa branca para anotações com pincel atômico

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 1200mm; Altura: 900mm.

Quadro confeccionado em laminado melamínico branco brilhante, espessura de 17 mm. Moldura em cantoneira de alumínio anodizado fosco, com espessura de 14mm de lateral e 25mm de frente, com suporte para apagador arredondado removível de 300mm.

Com ganchos para fixação na parede, acompanha kit para instalação.

Garantia mínima: 1 (um) ano.

Item 26: Quadro em cortiça

Quadro de avisos em cortiça

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 1200mm; Altura: 900mm.

Quadro de avisos confeccionado em cortiça de 1mm, sobreposto no papelão kraft duplo, anti-umidade de 7mm.

Moldura em cantoneira de alumínio anodizado fosco, com espessura de 14mm de lateral e 25mm de frente.

Com ganchos para fixação na parede, acompanha kit para instalação.

Garantia mínima: 1 (um) ano.

Item 27: Ar condicionado 9000 BTU

Capacidade de Refrigeração: 9.000 BTUs/h

Ciclo: Frio

Tipo: Split Hi-Wall

Cor: Branco

Gás Refrigerante: R-410A

Potência Consumida: ~850 W

Tensão: 220V

Compressor: Rotativo

Classificação INMETRO: A

Tecnologia Inverter: Obrigatório

Funções: Timer, Sleep, Auto, Turbo

Acessórios: Controle remoto com visor digital e suporte de parede

Item 28: Ar condicionado 12000 BTU

Capacidade de Refrigeração: 12.000 BTUs/h

Ciclo: Frio

Tipo: Split Hi-Wall

Cor: Branco

Gás Refrigerante: R-410A

Potência Consumida: ~1.050 W

Tensão: 220V

Compressor: Rotativo

Classificação INMETRO: A

Tecnologia Inverter: Obrigatório

Funções: Timer, Sleep, Auto, Turbo

Acessórios: Controle remoto com visor digital e suporte de parede

Item 29 e 30: Ar condicionado 18000 BTU

Capacidade de Refrigeração: 18.000 BTUs/h

Ciclo: Frio

Tipo: Split Hi-Wall

Cor: Branco

Gás Refrigerante: R-410A

Potência Consumida: ~1.750 W

Tensão: 220V

Compressor: Rotativo

Classificação INMETRO: A

Tecnologia Inverter: Obrigatório

Funções: Timer, Sleep, Auto, Turbo

Acessórios: Controle remoto com visor digital e suporte de parede

Item 31 e 32: Ar condicionado 24000 BTU

Capacidade de Refrigeração: 24.000 BTUs/h

Ciclo: Frio

Tipo: Split Hi-Wall

Cor: Branco

Gás Refrigerante: R-410A (ecológico)

Potência Consumida: ~2.200 W

Tensão: 220V

Compressor: Rotativo

Classificação INMETRO: B

Tecnologia Inverter: Obrigatório

Funções: Timer, Sleep, Turbo, Desumidificação

Acessórios: Controle remoto com visor digital e suporte de parede

Item 33 e 34: Ar condicionado 30000 BTU

Capacidade de Refrigeração: 30.000 BTUs/h

Ciclo: Frio

Tipo: Split Hi-Wall

Cor: Branco

Gás Refrigerante: R-410A

Potência Consumida: ~2.950 W

Tensão: 220V (monofásico ou trifásico)

Compressor: Rotativo ou Scroll

Classificação INMETRO: B ou C

Tecnologia Inverter: Obrigatório

Funções: Turbo, Sleep, Timer, Auto

Acessórios: Controle remoto com visor digital e suporte de parede

Item 35 e 36: Ar condicionado 36000 BTU

Capacidade de Refrigeração: 36.000 BTUs/h

Ciclo: Frio

Tipo: Split Hi-Wall ou Piso-Teto

Cor: Branco

Gás Refrigerante: R-410A

Potência Consumida: ~3.550 W

Tensão: 220V (trifásico)
Compressor: Scroll
Classificação INMETRO: C
Tecnologia Inverter: Obrigatório
Funções: Operação contínua, turbo, sleep
Acessórios: Controle remoto com visor digital e suporte de parede

Item 37 e 38: Ar condicionado 48000 BTU

Capacidade de Refrigeração: 48.000 BTUs/h
Ciclo: Frio
Tipo: Split Hi-Wall ou Piso-Teto
Cor: Branco
Gás Refrigerante: R-410A
Potência Consumida: ~5.000 W
Tensão: 220V (trifásico)
Compressor: Scroll
Classificação INMETRO: C
Tecnologia Inverter: Obrigatório
Funções: Operação contínua, turbo, sleep
Acessórios: Controle remoto com visor digital e suporte de parede

Item 39 e 40: Ar condicionado 60000 BTU

Capacidade de Refrigeração: 60.000 BTUs/h
Ciclo: Frio
Tipo: Split Hi-Wall ou Piso-Teto (mais comum nesta faixa)
Cor: Branco
Gás Refrigerante: R-410A
Potência Consumida: ~6.200 W
Tensão: 220V (trifásico)
Compressor: Scroll ou inverter industrial
Classificação INMETRO: C
Tecnologia Inverter: Obrigatório
Funções: Refrigeração constante, controle digital, turbo
Acessórios: Controle remoto com visor digital e suporte de parede

Item 41: Aquecedor a óleo

Aquecedor a Óleo - Aquecedor elétrico a óleo, potência 200W, voltagem 110V, Desligamento automático em caso de superaquecimento e tombamento.

Item 42: Tabela de Basquete

Medidas aproximadas: largura: 800 mm, profundidade: 600/800 mm, altura: 750/1370 mm. Características: SUPERFÍCIE RETANGULAR (1 UNIDADE) Medidas aproximadas: largura: 800 mm, profundidade: 600 mm, espessura: 25 mm. Em madeira MDP (aglomerado) de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, com raio mínimo de 2,5 mm, em todo seu perímetro. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 1,5mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, em todo seu perímetro. PAINEL LATERAL (2 UNIDADES) Medidas aproximadas: profundidade: 800 mm, espessura: 25 mm, altura : 1370 mm. Em madeira MDP (aglomerado) de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em

ambas as faces. Borda longitudinal com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, com raio mínimo de 2,5 mm, em todo seu perímetro. Borda posterior e base com acabamento em fita de PVC de 1,5 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Na base inferior colocação de rebites de repuxo de aço para adaptação de reguladores de nível. PAINEL FRONTAL (01 UNIDADE) Medidas aproximadas: profundidade: 800 mm, espessura: 25 mm, altura : 1220 mm. Em madeira MDP (aglomerado) de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Bordas com acabamento em fita de PVC de 1,5 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. MONTAGEM : A superfície, os painéis laterais e o painel frontal são ligados entre si pelo sistema mini-fix e cavilhas, possibilitando assim a montagem e desmontagem dos mesmos, várias vezes, sem perda da qualidade. ESTRUTURAS TUBULARES PARA SUSTENTAÇÃO (02 UNIDADES) Medidas aproximadas: altura: 1370 mm, largura: 25 x 25 mm. ESTRUTURA: Em tubo de aço com seção quadrada de 25 x 25 mm em chapa #18 (1,20mm) de espessura (mínimo). COMPONENTES METÁLICOS Todas as peças metálicas devem receber pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa. Obs.: As medidas externas são aproximadas, podendo sofrer variações de até 5% para mais ou para menos.

Item 43: Mastro de Bandeira com base e ponteira para uso interno

Material do mastro: Aço Inox ou alumínio, Tratamento Superficial: Cromado, Altura mínima: 2,20 M, Diâmetro mínimo: 28 Mm, Características Adicionais: Base em madeira, inox ou alumínio, Lança no mesmo material do mastro. Com duas presilhas de fixação da bandeira.

Item 44: Corda trançada para hasteamento de bandeira

CORDA TRANÇADA de Fibras de Polipropileno com espessura de 6mm, de alta resistência, para hasteamento de bandeira em mastros externos com mais de 5 metros de altura.

Item 45: Mosquetão

Em aço, resistência mínima: 25 kn

Item 46: Jarras de Inox

Jarra em aço inoxidável para água ou suco, com capacidade de 2 litros, modelo cilíndrico; características adicionais: aparador de gelo, alça em aço inoxidável, tampa articulada/fixa.

Item 47: Bandejas de Inox

Bandeja retangular de aço inoxidável com alça. Dimensões mínimas: comprimento de 42 cm e largura de 30 cm. Espessura mínima de 0,8mm

Item 48: Bebedouro de água

Bebedouro de água, tipo industrial, 3 torneiras latão cromado, material gabinete aço inoxidável, capacidade de água: 100L

Bebedouro industrial refrigerado, capacidade para 100 litros, gabinete em aço inox 430, com 3 (três) torneiras de alta resistência em metal cromado (atóxico), reservatório em polietileno (atóxico) ou em aço inox 304, serpentina em inox 304 no caso de interna ao reservatório ou contato direto com a água; boia controladora do nível de água (atóxica);

aparador de água (pingadeira) em aço inox 430 flexível; dreno de escoamento embutido (mangueira embutida para escoamento de água), pés reguláveis, isolamento térmico em EPS, refrigerado a gás R134a, conexões hidráulicas internas atóxicas, termostato regulador de temperatura 4 e 15°C, tensão de 127 V ou 220 V, reservatório em polietileno (atóxico) ou em aço inox 304. O produto deverá ser certificado pelo INMETRO, aos termos da portaria nº. 344 de 22 de julho de 2014, em conformidade com a NR12. Aporte externo (niple 20 mm) para instalação de filtro purificador de água. Selo do INMETRO.

Item 49: Bebedouro água quente

Bebedouro de Água Quente (aquecedor de água elétrico) - Caixa externa em inox brilhante 430; reservatório térmico e todos os componentes que tenham contato direto com a água quente fabricados em material atóxico, preferencialmente aço inox 304; pés emborrachados; controlador digital de temperatura; resistência de no mínimo 3.000 W; voltagem 220V; torneiras de esfera; capacidade de 15 litros.

Item 50: Tubo porta-documento

Tubo porta-documento (Canudo porta Diploma): aproximadamente 300/320mm de comprimento x 40mm de largura (diâmetro); Material: canudo de formatura com revestimento externo em camurça, cor preta; Impressão: Logo e nome (letra grande: UNILA/ letra menor: Universidade Federal da Integração-Latino Americana) e bordas das tampas com filetes- cor dourado metalizado (conforme imagem em anexo).

Item 51: Totem de carregador de celular

Carregador Bateria Telefone Celular Modelo Telefone: Multiuso , Tensão Alimentação: 110/220 V, Características Adicionais: Totem com 8 suportes em acrílico para celulares, 16 saídas USBs, 8 cabos UBS com três saídas (micro usb, tipo-c e lightning), Velocidade Carga: Rápida, Estrutura principal: ACM ou aço inox, tomadas: mínimo 2 tomadas (10A); Altura: 1,20m, com intervalo aceitável de mais ou menos 15cm; Base: 30x30cm, com intervalo aceitável de mais ou menos 10x10cm.

Item 52: Tenda Inflável

Tenda inflável, produzida em material nylon, com tratamento superficial de impermeabilização. Tensão: bivolt ou 110 ou 220V; acessórios: motoventilador, cabos de fixação para aplicação em múltiplas modalidades. Dimensões aproximadas: comprimento 300 cm, largura 300 cm e altura 300 cm.

Item 53: Puff tipo pera

Puff tipo pêra, confeccionado em couro de alta resistência, enchimento interno com flocos de isopor recarregável, formato de pera. Dimensões aproximadas: 100 x 90 cm x 90 cm (A x L x P); capacidade mínima suportada de 100 kg, cores diversas, a definir no envio da autorização de fornecimento, bem como a quantidade de cada cor. Garantia mínima de 6 meses.

Item 54: Lousa/cavalete

Quadro Negro Cavalete 50x70cm - dupla face (com sistema de dobradiças), permitindo realizar anotações dos dois lados. Dimensões aproximadas do quadro - Altura: 70cm x Largura: 50cm. Dimensões aproximadas do cavalete - Altura: 84cm x Largura: 50cm.

Item 55: Extensão múltipla com 30m reforçada

Extensão Elétrica tipo carretel, 30 Metros, com 5 tomadas e número de pólos 2p+T. Seção Nominal de 2,5 mm² e formação Do Cabo de 3 X 2,5 mm². Tensão Nominal: 110/220 VCA; Formato Contato: Padrão Brasileiro; Normas Técnicas: Nbr 14136; Grau Proteção: Ip44; Material Termoplástico Anti-Chama; Corrente Nominal: 10 A, Tensão Entrada: bivolt ou 110V ou 200V, Conexões: 1(Uma) Entrada 2p+T E 5 Saídas 2p+T.

Item 56 e 57: Projetor de alta definição (auditório)

PROJETOR MULTIMÍDIA com brilho mínimo de 6.400 lúmens; tipo de lampada: Laser; resolução nativa FULL HD (1920x1080p) 60Hz, modos de projeção: teto, retroprojeção e frontal; zoom digital/optico entradas HDMI; quantidade mínima de entradas de vídeo: 5 unidades; relação de contraste mínima 2.000.000:1; alto falante interno, corretor de imagem: controle de efeito trapézio (keystone) e cantos (quick corner); com controle remoto.

Modelo de referência: Projetor Sony VPL-PHZ61 ou superior

Item 58 e 59: Projetor para sala de aula

PROJETOR MULTIMÍDIA com brilho mínimo de 3.500 lúmens; resolução nativa mínima de 1280x720 (HD); modos de projeção: teto, frontal e retro; entradas VGA/RGB analógico, HDMI; relação de contraste mínima 16.000:1; alto falante interno; corretor de imagem: controle de efeito trapézio (keystone) e cantos (quick corner); controle remoto.

Item 60: Tela para projeção (auditório)

TELA PROJEÇÃO, material da estrutura: alumínio extrudado, tipo de acabamento: pintura eletrostática, material: matte white, tipo fixação: parede/teto, cor: branca, altura: 228cm, Largura: 304cm, características adicionais: acondicionada em estojo metálico, tipo tela: retrátil, Tamanho tela: 150 polegadas.

Item 61: Mesa auxiliar tipo pranchão

MESA AUXILIAR, material da estrutura: aço, material revestimento: laminado melamínico na cor marfim, material tampo: madeira MDF, comprimento do tampo: 130 cm, largura do tampo: 65 Cm, altura: 75 cm, características adicionais: pernas dobráveis cor preta, formato: trapezoidal, Cor da estrutura: preta, acabamento das bordas: arredondadas bilateralmente em PVC.

Item 62: Mesa dobrável tipo maleta

MESA DOBRÁVEL TIPO MALETA, com as seguintes especificações e características técnicas mínimas: 1) Deve ser do tipo dobrável (maleta) retangular; 2) Feita de polietileno de alta densidade e revestida com uma camada resina; 3) Medindo aproximadamente (CxLxA): 1,80m, 0,75m, 0,75m; 4) Deve conter travas; 5) Deve conter alça que facilite seu transporte; 6) Pés e suporte inferiores de ferro com pintura especial; 7) Com trava nos pés para não fechar enquanto aberta; 8) Com capacidade de 150 kg.

Item 63: Suporte/pedestal para banner

Porta Banner - Em alumínio anodizado com tripé regulável na altura e pés articulados, na cor preta. Dimensões: Fechado 1,25m; Aberto 2m até 2,55m; Distância do Chão 0,15

Item 64: Lombada modular

REDUTOR DE VELOCIDADE

tipo:modular, dimensões módulo: 50cm x 30cm x 4,5cm,

Características adicionais:reflexivas

Item 65: Cone sinalização - 95cm

Material: Polietileno Semi Flexível

Altura: 95 CM

Largura Base: 40 X 40 CM

Cor: Laranja Com 2 Faixas Cinzas Refletivas

Acessórios: Base Removível Em Borracha

Item 66: Cone sinalização - 1,14m

Cone Sinalização

Material: Polietileno

Altura: 1,14 M

Cor: Laranja Com Faixas Refletivas Brancas

Características Adicionais: Cônico, Orifício Para Fita Zebrada, Base Quadrada

Item: Câmera corporal

Item 67: Câmera Corporal

Características mínimas:

- Resolução de vídeo: Full HD 1080p (1920x1080 pixels)

Taxa de quadros (FPS): 30 fps

Ângulo de visão: 140° (grande angular)

Modos de gravação: Vídeo, foto e modo emergência

Gravação noturna: Infravermelho (IR) para visão em baixa luminosidade

Memória expansível: Até 128GB via cartão MicroSD

Formatos de arquivo: Vídeo (.MP4) e fotos (.JPG)

Bateria: Íon-lítio recarregável

Autonomia: Até 8 horas de gravação contínua (varia conforme uso)

Tempo de recarga: Aproximadamente 4 horas

Proteção IP: IP54 (resistente a respingos e poeira)

Resistência a impactos: Projetada para uso robusto

Microfone integrado: Com cancelamento de ruído

Botão de emergência: Gravação rápida em situações críticas

GPS: Registro de localização em tempo real (depende da versão)

Wi-Fi: Conexão sem fio para transferência de arquivos

Sistema operacional compatível: Windows e Mac

Item 68: Sistema circuito fechado TV - NVR

Sistema Circuito Fechado Tv

Componentes: Nvr 32 Canais

Tipo Sistema: Gravação Digital

Aplicação: Sistema De Segurança

Características Adicionais: Ip 16 Poe , 16p Modelo de referência Intelbras INVD 5232

Item 69: Fonte alimentação ininterrupta No-Break

Fonte Alimentação Ininterrupta 2000VA

Tipo: No-Break

Tensão Entrada: Bivolt 220/115 V

Tensão Saída: 115/230 V
Frequência: 60hz +/-0,5 HZ
Dimensões: 230 X 175 X 430 CM
Bateria: 02 Baterias De 12v/9ah Vrla
Tensão Bateria: 24 V
Componentes: Chave Comutadora
Características Adicionais : 8 Tomadas 10a - Nbr 14136

Item 70 e 71: Câmera IP com leitura automática de placas

Especificações técnicas:

Câmera

Sensor de imagem 1/1,8" CMOS 4 megapixels

Pixels efetivos 2688 (H) x 1520 (V)

Obturador eletrônico Automático / Manual

(1/25s ~ 1/100.000s)

Tipo de lente Varifocal motorizada

Distância focal 8 ~ 32 mm

Sensibilidade

0,001 lux/F1.6 (Colorido, 30 IRE)

0,0002 lux/F1.6 (P&D, 30 IRE)

0 lux (P&B, IR ligado)

Relação Sinal-Ruído Maior ou igual a 56 dB

Abertura máxima F1.6

Controle do foco Automático/manual

Zoom óptico 4x

Ângulo de visão

Horizontal: 39,9° - 15,1°

Vertical: 21,8° - 8,5°

Diagonal: 46,6° - 17,4°

Distância máxima do infravermelho 1 60 metros

Quantidade de LEDs 4

Inteligência artificial embarcada 3

Leitura Automática de Placas (LPR) Sim, até 1 pista

Velocidade máxima para leitura 120 km/h

Taxa de captura de placa Superior a 95%

Taxa de leitura correta Superior a 95% (quando velocidade inferior a 120 km/h)

Modo de Detecção Vídeo

Captura de placa em tempo real Sim

Suporte ao padrão de placa Mercosul Sim

Suporte à captura de placa de motocicleta Sim

Lista de placas liberadas/negadas 110.000 placas cadastradas na câmera

Informações armazenadas Horário, data, placa, cor, marca, tipo do veículo (Carro, Van, ônibus e Caminhão),

direção e sentido do veículo

Controle de barreira (abrir e fechar cancelas) Sim

Vídeo

Compressão de vídeo H.265, H.264H, H.264M, H.264B, MJPEG

Quantidade de streams 2 streams

Resoluções

Stream principal: 4M (2688 × 1520), 1080p (1920 × 1080), 720p (1280 × 720)

Stream secundário: 720p (1280 × 720), 960H (960 × 480),

D1 (704 × 408), CIF (352× 240)

Taxa de frames Até 30 fps

Controle de taxa de bits CBR / VBR

Controle de ganho Automático / Manual

Modo Dia/Noite Automático / Colorido / Preto e Branco

Troca automática do filtro (ICR) Sim

Balanco do branco Automático / manual / ambiente externo / iluminação pública / luz natural

Redução de ruído 3D NR

Compensação de luz de fundo HLC / BLC / WDR (140 dB)

Formato da foto JPEG

Rede

Interface 1 RJ-45 (10/100/1000 Base-T)

Protocolos HTTP, HTTPS, 802.1x, TCP, ARP, RTSP, RTP, UDP, RTCP, SMTP, FTP, DHCP, DNS, IPv4, IPv6, NTP, SFTP, SNMP, PPPoE, ICMP

Compatibilidade Intelbras-1, Onvif (Perfil S e T), Intelbras DDNS

Aplicações e monitoramento Interface Web, Intelbras IP Utility, SIM Next, Guardian, Intelbras Cloud, ISIC e Defense IA

Configuração de nível de acesso Acesso a múltiplos usuários (máximo de 20) com proteção por senha 4

Armazenamento

Cartão micro-SD de até 256 GB (vendido separadamente),

PC para gravação local,

envio de fotos via FTP e SFTP

Navegadores 5

IE®, Chrome®, Firefox®

Interfaces

Alarme 2 entradas de alarme optoacoplador (5V)

2 saídas de alarme relé (2A/30Vdc ou 0,5A/125Vac)

RS485 2

Áudio 1 saída (Porta RCA)

Microfone integrado Sim

Alto falante integrado Sim

Formato do vídeo NTSC

Idioma da interface Português, Inglês, Espanhol

Condições ambientais

Alimentação 12Vdc ou PoE

Consumo

Sem luz < 6W

Com luz < 12W

Com alerta áudio visual ligado < 17W

Temperatura de operação -30 °C ~ +65 °C / umidade < 90%

Nível de proteção IP67, IK10

Dimensões (L × A × P) 396,0 mm x 120,8 mm x 127,8 mm

Peso líquido 2,3 kg

Proteção contra surtos de tensão e transitórios Até 6 kV (TVS)

Instalação Com bracket incluso

Referência: VIP 74120 LPR IA FT

Item 72: Câmera VIP 5440 IA

Especificações técnicas

Câmera

Sensor de imagem 1/2.9" CMOS (Starlight)

Resolução máxima 4MP 2688 (H) x 1520 (V)

Rom 128MB

Ram 512MB

Obturador eletrônico

Automático / Manual

(1/3s ~ 1/100,000s)

Sistema de varredura Progressiva

Iluminação mínima

0.005 Lux /F1.4 (Colorido, 30 IRE)

0.0005 Lux /F1.4 (P&B, 30 IRE)

0 Lux (IR ligado)

Relação sinal-ruído (SNR) >56 dB

Dia / Noite IR (ICR)

Angulo de instalação

Pan: 0° a 360°

Tilt: 0° a 90°

Rotação: 0° a 360°

Pan: 0 a 355°

Tilt: 0 a 75°

Rotação: 0° a 355°

Lente

Tipo de lente Fixa

Montagem de lente M12

Distância focal 3.6mm 2.8mm

Abertura máxima F1.4

Ângulo de visão H: 84° / V: 42° / D: 101° H: 102° / V: 54° / D: 121°

Zoom NA

Controle de íris Fixa

Distância de foco próximo 0.8m

Dori¹

Distancia Focal Detectar Observar Reconhecer Identificar

Bullet 85.4m 34.2m 17.1m 8.5m

Dome 63.6m 25.4m 12.7m 6.4m

Tipos de Iluminação

Tipo de iluminação Infravermelho

Alcance Infravermelho 40m

Alcance luz branca NA

IR inteligente Sim

Luz branca inteligente NA

Comprimento de onda IR 850nm

Quantidade de Leds 1 3

Vídeo

Quantidade de streamings 1 principal, 4 extras⁷

Compressão de vídeo H.265 / H.264 / H.264H / H.264B / MJPEG (apenas stream extra)

Compressão de vídeo inteligente Smart H.264+/ Smart H.265+

Compressão de vídeo com IA Sim

Resolução de imagem

4M (2688 × 1520); 1440p (2560 × 1440); 3M (2048×1536); 3M (2304×1296); 1080p (1920 × 1080); 1.3M(1280 × 960); 720p (1280 × 720); D1 (704 × 576/704×480); CIF (352 × 288/352 × 240); VGA (640 × 480)

Formato do vídeo PAL / NTSC

Taxa de frames

Stream Principal:

2688 x 1520 (1 a 20 FPS), 2560 x 1440 (1 a 30 FPS), 3M/2M/1.3M/1M (1 a 30 FPS)

Stream Extra:

D1/ VGA/ CIF (1 a 30 FPS)

Controle de taxa de bits Constante / Variável

Taxa de bits

H.264: 3 kbps a 6144 kbps

H.265: 3 kbps a 6144 kbps

Imagem

Configurações Brilho, contraste, saturação, nitidez, gama

Modos de vídeo Automático (ICR) / Colorido / Preto e Branco

Perfil Dia, noite, luz dianteira, luz de fundo, luz de fundo forte, baixa iluminação, personalizado 1, personalizado 2

Compensação de luz de fundo BLC / WDR (120dB)/ HLC

Balanço de branco Automático / Natural/ Lâmpada de rua/ Exterior / Manual / Personalizado

Controle de ganho Automático / Manual

Rotação de imagem 0°/90°/180°/270°

Espelhamento Sim

Redução de ruído 3D

Estabilização de imagem NA

Máscara de Privacidade Até 4 áreas

Áudio

Microfone embutido Sim

Sensibilidade de microfone -24dB, +-3 dB

Compressão G.711a / G.711Mu / PCM / G.726 / AAC / G.723

Áudio Bit Rate

8 Kbps (G.711a), 8 Kbps (G.711Mu), 8 Kbps (G.726), 8Kbps (G.723)

8 to 32 Kbps (PCM), 8 to 64 Kbps (AAC-LC)

Taxa de amostragem 8 kHz/16 kHz/32 kHz/44.1 kHz/48 kHz

Filtro de ruído Sim

Auto falante embutido NA

Inteligência Artificial²

Detecção de face⁶ Sim

Metadados de face/corpo NA

Metadados de objeto

Veículo motorizado, veículo não motorizado, rosto, detecção de corpo humano, rastreamento, snapshot

instantâneo, otimização de snapshot instantâneo, carregamento otimizado de snapshots instantâneos de rosto.

Atributos de veículos não motorizados, tipo de veículo, cor do veículo, logotipo (marca) do veículo e outros atributos: cinto de segurança, fumo, chamada telefônica.

Atributos de veículos não motorizados: tipo, cor, número de pessoas, tipo e cor da capota, chapéu/boné. Contagem de pessoas. Entradas e saídas (linha), quantidade de pessoas na área, gerenciamento de filas.

Até quatro regras de cada.

Inteligência perimetral

Linha virtual, cerca virtual, movimentação rápida, detecção de estacionamento, aglomeração de pessoas, atitude suspeita.

Classificação do objeto alvo (humano/veículo)

Detecção de humano/veículo nas linhas virtuais, cercas virtuais e detecção de movimentação rápida.

Mapa de calor Sim (Até uma semana de relatório)

Detecção inteligente de objetos Objeto abandonado inteligente, objeto retirado inteligente.

Busca inteligente Trabalha em conjunto com o NVR inteligente para realizar buscas inteligentes, extração de evento.

Evento

Detecção de movimento Até 4 áreas, suporta detecção inteligente para pessoas e veículos.

Detecção de áudio Sim

Anormalidade Rede, Acesso Ilegal e Alerta de Segurança.

Máscara de vídeo Sim

Mudança de cena Sim

Área de interesse Até 4 áreas

Eventos de alarme

Rede desconectada, Conflito de IP, acesso ilegal, detecção de movimento, máscara de vídeo, detecção de áudio, inteligência perimetral, detecção inteligente (pessoas veículos), alerta de segurança.

Rede

Interface RJ-45 (10/100Base-T)

Protocolos e serviços suportados

ARP / DHCP / DNS / Filtro IP / HTTP / ICMP / IGMP / IPv4 / IPv6 / Multicast / NAS / NTP /

Registro Automático / RTP / RTCP / RTMP / RTSP / SMTP / SNMP / TCP / UDP

Interoperabilidade CGI, ONVIF (Perfil S e T), Intelbras -1^ª, Intelbras Cloud

Serviço DDNS Intelbras DDNS, DDNS No-IP®, DynDNS®

Método de transmissão Unicast / Multicast

Configuração de nível de acesso Acesso a múltiplos usuários (máximo de 20) com proteção por senha

Throughput máximo 36 Mbps

Armazenamento FTP, SFTP, NAS, cartão microSD (máx. 256GB)

Navegadores4 Chrome, Microsoft Edge, IE, Firefox

Aplicações e monitoramento Interface Web5

, Intelbras S.I.M. Next, IP Utility, ISIC Lite, Guardian e Defense IA.

Cibersegurança

Criptografia e proteção de dados

Criptografia de configuração, criptografia de vídeo, criptografia de firmware, geração e importação de certificados X.509, AES256-OFB, RTSP sobre TLS.

Autenticação e acesso Execução confiável, 802.1x, filtro de IP/MAC, bloqueio de conta.

Segurança em comunicação WSSE, HTTPs

Monitoramento e auditoria Registros de segurança (log de segurança), registros de Sistema (log de sistema).

Proteção contra ataques Ataque anti-DoS

Atualização e inicialização seguras Atualização confiável, inicialização confiável

Conexões

Entrada de áudio 1 (conexão RCA)

Saída de áudio 1 (conexão RCA)

Entrada de alarme 1

Saída de alarme 1

Características Elétricas

Alimentação 12 VDC / PoE (802.3af)

Consumo

Mínimo: 1.8 W (12VDC) / 2.3 W (PoE)

Máximo: 6.3 W(12VDC / 7.8 W (PoE)

Características Mecânicas

Material do case Metal (gabinete/base) e plástico (tampas laterais)

Dimensões (L × A × P) 197.9 mm × 80.2 mm × 76.2 mm 197.9 mm × 80.2 mm × 76.2 mm

Peso líquido 310g 310g

Peso bruto 410g 410g

Local de instalação Interno e externo

Características Ambientais

Temperatura de operação -30° até +60°C

Umidade relativa de operação ≤ 95% (RH)

Proteção anti surto 15 kV (vídeo e alimentação)

Grau de proteção IP67 IP67, IK10

Certificações

FCC Part 15 subpart B, ANSI C63.4-2014

CE CE EN55032/EN55024/EN50130-4

REFÊNCIA: VIP 5440 IA

Item 73: Câmera VIP 1300 MINI SD

Câmera

Sensor de imagem 3 Megapixels 1/2.8" CMOS

Obturador eletrônico

Automático / Manual

(1s ~ 1/100.000s)

Pixels efetivos 2304 (H) x 1296 (V)

Iluminação mínima

0.12 Lux /F2.0 (Colorido, 30 IRE)

0.104 Lux /F2.0 (P&B, 30 IRE)

0 Lux (P&B, IR ligado)

Relação sinal-ruído ≥55 dB

Infravermelho ¹

Filtro de infravermelho com atuador eletromecânico

Distância máxima do infravermelho 30 metros

Distância máxima do LED Full Color 30 metros

Alcance de Pan/Tilt

Pan: 0° a 345°

Tilt: 0° a 80°

Controle manual de Velocidade

Pan: 0.1°/s - 74°/s

Tilt: 0.1°/s -36.4°/s

Velocidade do Preset

Pan: 62°/s

Tilt: 36.3°/s

Presets 300

Lente

Tipo de lente Fixa

Distância focal 3,8 mm

Abertura máxima F2.0

Ângulo de visão

Horizontal: 86.8°

Vertical: 47.1°

Diagonal: 102.2°

DORI ²

Detectar Observar Reconhecer Identificar

53.6 m 21.4 m 10.7 m 5.4 m

Funções inteligentes ³

Deteção de movimento inteligente Humanos e Veículos

Autotracking Sim (somente humanos)

Deteção de movimento Até 4 áreas ⁴

Alarmes

Alarme luminoso

Aviso de luz branca

Duração do flash: 5s ~ 30s; frequência do flash: alta, média, baixa

Alarme sonoro

Alarme de aviso sonoro

Duração do alarme personalizável: 10s, 20s, 30s

Vídeo

Quantidade de streams 2

Compressão de vídeo H.265 / H.264 / H.264B / H.264H / MJPEG ⁵

Compressão de vídeo inteligente Smart H.264+/ Smart H.265+

Resolução de imagem

3M (2048 × 1536); 1080P (1920×1080); 960P(1280x960); 720P (1280×720);

D1 (704× 576/704×480); CIF (352×288/352×240)

Foto Até 1 foto por segundo

Formato do vídeo NTSC

Taxa de frames

Stream principal: 3M/1080p/1.3M/720p (1 - 25/30 fps)

Stream extra 1: D1/VGA/CIF (1 - 25/30 fps)

Controle de taxa de bits CBR / VBR

Taxa de bits

H.264: 88 kbps a 8192 kbps

H.265: 35 kbps a 8192 kbps

Modos de vídeo Automático / Colorido / Preto e Branco

Perfil Dia e Noite Agendamento, Dia e Noite

Controle de ganho Automático/ Manual

Compensação de luz de fundo

Backlight Compensation (BLC) / Wide Dynamic Range (WDR) (120 dB) / Highlight Compensation (HLC)

Balanço do branco

Automático / Manual / Ambiente interno / Ambiente externo / ATW / Lâmpada de Sódio

/ Luz Natural / Ambiente externo automático

Rotação de imagem 180°

Áudio

Microfone embutido Sim

Sensibilidade do microfone -32 ± 3dB

Alto falante embutido Sim

Compressão G.711a / G.711Mu / PCM / G.726 / AAC

Rede

Interface RJ-45 (10/100Base-T)

Protocolos e serviços suportados

IPv4; IPv6; HTTP; HTTPS; TCP/IP; RTSP; UDP; SMTP; NTP; DHCP; DNS; DDNS; SSL; FTP; ARP;

RTCP; RTP; Filtro de IP; RTMP; Multicast; Intelbras-1 e Intelbras Cloud

Onvif Perfil S, T e G

Serviço DDNS Intelbras DDNS, DDNS No-IP®, DynDNS®

Configuração de nível de acesso Acesso a múltiplos usuários (máximo de 20) com proteção por senha ⁶

Acesso simultâneo via Cloud Máximo de 5 conexões simultâneas ⁷

Armazenamento Cartão micro-SD de até 256 GB (vendido separadamente), FTP

Navegadores Internet Explorer, Microsoft Edge®, Chrome®, Safari® e Firefox® ⁷

Aplicações e monitoramento Interface Web, Intelbras SIM Next, Intelbras IP Utility, ISIC Lite, Guardian e Defense IA

Características Complementares

Alimentação 12 Vdc (P4 fêmea) ou PoE (802.3af)

Consumo

Mínimo: 3 W

Máximo: 10 W

Grau de Proteção IP66

Temperatura de operação -30 °C ~ +55 °C / umidade < 95%

Material do case Plástico

Dimensões (L × A × P) 140.5 mm × Φ111.0 mm

Peso líquido 500g

Certificados CE

Item 74: Câmera Speed Dome IP

Câmera Speed Dome IP

- Alimentação de energia Vc c12V e PoE(802.3at)

- Modelo PTZ (Pan, Tilt e Zoom)

- Movimento, zoom e foco motorizado

- Resolução de 2MP (1920x1080)

- Velocidade de obturador de até 1/30000s

- Zoom óptico de 15X ou superior

- Proteção IP66

- Alcance de infravermelho de 100m

- Movimento de rotação de até 360 graus

- 1x porta ethernet RJ45

- Compatível com ONVIF

- Com compartimento de cartão de memória MicroSD

- IA compatível com: detecção de movimento, cruzamento de linha, entrada e saída de região, abandono e remoção de objetos

- Captura de faces (sem metadados)

- Possibilita predefinições

Modelos de referência ou similar:

Câmera Hikvision DS-2DE4215 IW

Câmera Intelbras VIP3216

Item 75: Caixa passagem

Caixa Passagem

Material: Plástico

Cor: Branca

Aplicação: Instalação Cftv

Características Adicionais: Anti-Uv, Resistente A Raios Solares

Grau Proteção: Ip66

Dimensões: 125 X 123 X 60 MM

Referência Fabricante: Vbox 1100 E

Item 76: Radio comunicador

Tipo: Portátil Digital

Características Adicionais: 6 Canais Em Wide, Fm - Wide Band Low Vhf

Alimentação: Bateria Recarregável

Modelo de Referência: Rádio portátil digital Motorola DGP8550E, composto de antena, bateria, carregador de mesa bivolt, clip e manual.

Dados do produto e acessórios:

- Equipamento rádio transmissor - receptor - código FCC

AZ489 F T7067;

- Interface de intercone xã o;

- A n te na heli flex emb o r r a chad a in te g r ad a - PMA F4011A ;

- 800 Mhz – UH F, faixa de frequência 806 a 870 Mhz;

- 1000 canais;

- Áudio inteligente;

- Trunking;

- Convencional ;

- Criptografia avançada;

- Wi fi;

- Bluetooth ;

- M an D own;

- Certificação IP68;

- Bateria de lítio - PMNN4491C ;

- Carregador de mesa-WPLN4243A ;

- Fonte de alimentação bivolt INPUT 110 /220 v, 6 0hz, OUTPUT 14V /1A e Plugue do padrão brasileiro;

- Clipe de cinto com mola;

- Manual de operação em português;

- Conexão com repetidores existente SLR 8000.

Item 77: Multiteste/multímetro

multiteste/multímetro digital portátil de acordo com a categoria I 600V de segurança, congelamento da leitura, mudança de faixa manual, display LCD com dígitos de 3 1/2 dígitos, com iluminação de fundo; Indicação de Polaridade: Automática, negativa indicada “ - ”; Indicação de Sobrefaixa: “1” é mostrado; Indicação de Bateria Fraca: Velocidade de Medida: Atualização de 2~3 vezes/seg; Temperatura de Operação: 0°C a 40°C (32°F a 104°F); Alimentação: Uma bateria 9V (NEDA 1604 ou 6F22 ou 006P); Conformidade: IEC1010 - Sobreensão CAT I 600V, CAT II 300V e dupla isolamento;

Dimensões aproximadas: 130(A) x 70(L) x 30(P) mm. Prazo de Garantia mínimo de 03 meses.

Realiza medidas de:

- tensão DC - Faixas: 200mV, 2000mV, 20V, 200V, 600 V; Impedância de Entrada: 10 MOhms; Proteção de Sobrecarga: 200mV: 250V DC / AC;
- tensão AC - Faixas: 200V, 600V; Precisão: $\pm (1.2\%+10D)$; Mostra o valor eficaz de um sinal senoidal (resposta do valor médio); Proteção de Sobrecarga: 600V DC / AC
- corrente DC - Faixas: 2000 μ A, 20mA, 200mA, 10^a; Precisão: 2000 μ A ~ 20mA $\pm (1.0\%+2D)$; 200mA $\pm (1.2\%+2D)$; 10A $\pm (2.0\%+5D)$; Resolução: 1 μ A, 10 μ A, 100 μ A, 10mA; Proteção de Sobrecarga: Fusível de Ação Rápida 0.3A/250V para a entrada μ A e mA.
- resistência - Faixas: 200, 2000, 20k, 200k, 20 MOhms; Precisão: 200 Ohms $\pm (0.8\%+5D)$; 2000 ~ 200 kOhms $\pm (0.8\%+2D)$; 20 MOhms $\pm (1.0\%+5D)$; Resolução: 0,1, 1, 10, 100, 10 kOhms; Proteção de Sobrecarga: 250V DC / AC;
- testes de diodo - display mostra a queda de tensão direta aproximada de 0.5V ~ 0.8V; Resolução: 1mV; Proteção de Sobrecarga: 250V DC / AC
- continuidade - sinal sonoro que tocará se a resistência for menor que aprox. 70 Ohms; Resolução: 1 Ohms; Proteção de Sobrecarga: 250V DC / AC
- Acessórios:
 - Manual de Instruções;
 - Pontas de Prova;
 - Holster Protetor;
 - Ponta Termopar;
 - Bateria.

Referência de produto: Minipa ET-1400; Minipa ET-1000

Item 78: Estação de solda

Estação de solda 110/220V (automática ou com chave comutadora); ajuste de temperatura, com ferro de solda e soprador de ar quente; potência nominal mínima de 300W;

Referência de produto: Yaxun 881D; Hikari HK-850X

Item 79: Testador de cabo e rede LINKIQ

Tipo: Kit Testador De Cabo E Rede Linkiq

Componentes: Testador, Id Remoto, Cabos Ligação, Acoplador Univ

Componentes Adicionais: Ponta Prova, Carregador Ac, Bolsa De Transporte

Aplicação: Instalação De Redes, Reparo E Manutenção Geral

Características Adicionais: Maleta De Ferramentas

Modelo de Referência:

Testador de cabo e rede LinkIQ™ da Fluke Networks

https://dam-assets.fluke.com/s3fs-public/LinkIQ_7003739_PT_0.pdf?VersionId=qJdh0HdYnpfDjrPEEICHnijssN7REicF

Item 80: Impressora cartão PVC

Características :

- Impressão frente e verso automático ;
- Impressão de borda a borda ;
- Resolução: modo padrão 300x300 dpi - texto padrão- código de barras e impressão de imagem, modo alta qualidade - 300x600 dpi, texto melhorado, código de barras e impressão de imagem, e de 300x1200 dpi – texto melhorado, código de barras e impressão de imagem;
- Memória RAM mínima de 32MB;
- Impressão em duas faces de no mínimo 100 cartões/hora ;
- Interface USB 3.0;
- Ethernet TCP-IP 10Base, 100BaseT e conexão sem fio de 802,11b/g
- Alimentação 127/220 volts automática , contendo plug de conexão tipo N (padrão brasileiro) .

Referência do produto: Impressora Evolis Primacy II

Item 81: Módulo de laminação impressora de cartão PVC

Módulo de laminação Evolis Primacy II

Características :

- Módulo de laminação/plastificação de cartões em PVC CLM;
- Laminação em face unida até 215 cartões/hora ou frente e verso até 110 cartões/hora;
- Capacidade do coletor de saída: 100 cartões.

Referência do produto: Módulo de laminação Evolis Primacy II

Item 82: Fragmentadora profissional

Fragmentadora profissional.

Características mínimas:

- Mecanismo interno 100% metálico;
- Motor de indução magnética com carcaça blindada, tamanho e potência ideal a capacidade de corte, não necessitando parada para resfriamento;
- Não necessita manutenções periódicas;
- Sensor térmico de sobrecarga;
- Sistema de ventilação com hélices metálicas e de alta capacidade de refrigeração;
- Engrenagens e raspadores 100% metálicas;
- Sistema Eletro-eletrônico dimensionada e com plugues adequados sem uso de “cola” para fixação;
- Separador de aparas papel e cartões;
- Sistema de economia de energia;
- Tração por corrente;
- Haste para inserção de CD e cartões;
- Resistente a cliques e grampos;
- Funcionamento contínuo;
- Silenciosa com nível de ruído até 55Db;
- Acionamento automático ao inserir papel;
- Sensor de presença do cesto;
- Rodízios na base;
- Certificado IEC 60.950;
- Corte em partículas 3,9 x40mm;

- Nível de segurança P4 (Din 66.399);
- Tensão 127 v o l t s;
- Abertura de inserção 240mm;
- Volume cesto 35 litros.

Modelo de Referência: Kobra 240 C4 New.

Item 83: Sinalizador automotivo - Giroflex

Sinalizador Automotivo

Material: Perfil Alumínio Extrudado

Quantidade Módulos: 16 UN

Potência Sirene: 100 W

Alcance: 100 Db A 1 M

Modelo: Giroflex em barra reta ou curva

Uso: Teto

Tipo Iluminação: Lâmpadas Leds De Alta Performance

Item 84: Detector de metal

Detector Metais

Formato: Bastão

Tipo Alarme: Visual E Sonoro

Tensão Alimentação: 9 V

Características Adicionais: Ajuste Sensibilidade, Plug De Ouvido E Bat. 70 Hrs

Material: Plástico Abs

Componentes Adicionais: Carregador, Bateria, Capa Plástica, Fone De Ouvido

Item 85: Apito tráfego

Apito Tráfego

Material: Metal

Tratamento Superficial: Cromado

Tamanho: Oficial

Item 86: Lanterna tática

Lanterna Elétrica

Material: Plástico Abs Resistente A Impactos

Tipo: Holofote

Características Adicionais: Tática, Zoom 0 A 2000

Aplicação: Iluminação

Luminosidade: 720.000 LM

Tipo Lâmpada: Led T6

Tipo Bateria: Recarregável

Tensão Bateria: 3,7 V

Item 87: Colete preto

Colete

Material: Nylon

Cor: Preto

Tamanho: Variado

Uso: Tático

Características Adicionais: Conforme modelo do órgão enviado no momento da solicitação

Item 88: Megafone

Megafone

Material: Plástico Abs

Tipo: De Mão

Potência: 30 W

Voltagem: 12 V

Alcance: 600 M

Funções: Música/Gravação/Reprodução

Item 89: Tonfa

Tonfa

Material: Fibra De Carbono

Comprimento: 58 CM

Cor: Preta

Aplicação: Policiamento

Item 90: Mesa de som digital

mesa de som digital 32 canais (mono/XLR) com conexão e controles diretos (sem necessidade de troca de layer/paginas na tela LCD, e sem uso de placa e equipamento para expansão de canais), alimentação Phantom Power independente para cada canal, 12 saídas auxiliares, 4 entradas estereo, 4 processador simultaneos de efeitos, equalizador parametrico 4 bandas e grafico 15 bandas, gate, delay, saída USB e software gratuito para conexão ao computador, painel em LCD que permita monitoração de cada canal/sinal, maximo 20Kg, 110/220, garantia minima de 01 ano, manual em portugues, assistência tecnica.

Referência de produto: Behringer X32; Yamaha TF5; Soundcraft Si Expression 3

Item 91: Microfone sem fio de mão

MICROFONE SEM FIO DE MÃO - Microfone sem fio (UHF) de mão; dinâmico, cardióide, sem fio, resposta de frequência de 90Hz a 18KHz, corpo em metal, alimentação por 02 pilhas AA e mostrador LCD do nível de carga das pilhas e frequência de trabalho, controle do nível de ganho, cachimbo para microfone. Base receptora de sinal que permita instalação no padrão rack (19"), painel LCD que permita visualização da frequência de trabalho, nível de carga das pilhas do mic (transmissor), nível de sinal da frequência, nível de sinal do áudio transmitido, recurso Mute automático, saída de áudio XLR balanceada e P10, 02 antenas de recepção do sinal do mic (transmissor), corpo /chassi da base em metal. O conjunto de Receptor (base) e transmissor (microfone) devem permitir a troca da frequência de trabalho para evitar interferências indesejadas ou conflito com outros microfones ou aparelhos que utilizem tecnologia sem fio; marcas de referência Sennheiser, Shure e AKG, ou similar /equivalente ou superior.

Item 92: Caixa acústica amplificada 2 vias

Caixa acústica amplificada 2 vias (com tripé) - caixa acústica amplificada, 2 vias (woofer 12" minimo, driver 1.4" minimo), resposta de frequencia 60Hz a 18KHz, 1.000W pico (classe D), entrada mic /line XLR e P10, entrada line XLR e P10, que permita entrada simultânea de 2 sinais, saída XLR, capa para transporte, tripé para sustentação; semelhante a Marca QSC modelo K12, marca Turbosound IQ15.

Modelo de referência: Yamaha modelo DBR15 ou equivalente ou superior.

Item 93: Caixa acústica amplificada sub-grave

Caixa acústica amplificada sub-grave - caixas acústicas amplificadas sub grave 2x 12" ou 15" woofer, 1000W (classe D), resposta de frequência 30Hz a 130Hz, com capa para transporte, suporte (cano) para instalação das caixas 2 vias. Este modelo deverá trabalhar em conjunto com as caixas acústicas amplificadas em 2 vias. Modelos de referência: QSC, Turbosound ou Yamaha ou equivalente ou superior.

Item 94: Multicabo para microfones - 12 vias

Multicabo de 12 vias numeradas, 20m, conectores XLR (macho e fêmea), condutores (bitola de 0,20mm²) e blindagem em cobre estanhado isento de oxigênio (OFHC), blindagem com fita de alumínio, cobertura de PVC flexível, com caixa de conectores de palco (medusa).

Item 95: Multicabo para microfones - 24 vias

Multicabo de 24 vias numeradas, 30m, conectores XLR (macho e fêmea), condutores (bitola de 0,20mm²) e blindagem em cobre estanhado isento de oxigênio (OFHC), blindagem com fita de alumínio, cobertura de PVC flexível, com caixa de conectores de palco (medusa).

Item 96: Distribuidor HDMI 1X4

Distribuidor (splitter) de sinal HDMI, com 01 entrada (IN) e 04 saídas (OUT), ativo (alimentado por fonte de energia)

Item 97: Organizador de cabos

Abraçadeira/organizador de enrolar para cabos e fios; com fecho de contato (velcro); medidas aproximadas de 1.2 cm (largura) x 15cm (comprimento)

Item 98: Carrinho de transporte para cilindro de gás

Carrinho de transporte de cilindro de gás

Capacidade: 1 cilindro gás de 7 a 10m³ - 40 a 50 litros;

Roda Maciça de borracha de 8Pol;

Apoio traseiro com rodizio; Corrente para fixar o cilindro, com regulagem;

Cabo de movimentação com punho de borracha;

Dimensões (AxLxC): 1130 x 255 x 300mm.

Item 99 - Geladeira duplex

Geladeira 2 portas, cap. refrigeração mínima 340L, 127V

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 6000 mm; Profundidade: 7000 mm; Altura: 1,75 m

* Dimensões aproximadas, sendo permitida variação máxima de 5%

Capacidade mínima de armazenamento do refrigerador: 260L; freezer: 80L;

Características adicionais: FrostFree; com pés niveladores; rodízios; regulagem de temperatura; freezer com prateleira e/ou gaveta e porta aproveitável; refrigerador com 2 prateleiras reguláveis; com iluminação interna no refrigerador; porta com prateleiras removíveis; cor branca.

O produto deverá vir acompanhado de manual de instruções em português.

Programa Brasileiro de Etiquetagem INMETRO: selo PROCEL Eficiência Energética A

Garantia mínima: 1 ano

Modelo de referência: Marca Midea, Modelo MD-RT468MTA01 (ou similar equivalente)

Item 100 - Fogão elétrico de bancada

Fogão de indução em aço inoxidável, 2 acendedores, 220V, 2000W

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 485 mm; Profundidade: 270 mm; Altura: 73 mm

* Dimensões aproximadas, sendo permitida variação máxima de 5%

Características adicionais: 2 acendedores, uso doméstico, de bancada, com termostato.

O produto deverá vir acompanhado de manual de instruções em português.

Programa Brasileiro de Etiquetagem INMETRO: selo PROCEL Eficiência Energética A

Garantia mínima: 1 ano

Modelo de referência: marca Mondial, modelo Fast Cook Due (ou similar equivalente)

Item 101 - Forno microondas convencional

Forno microondas doméstico, mín 25L, 127V, 1100W

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 476 mm; Profundidade: 386 mm; Altura: 288 mm.

* Dimensões aproximadas, sendo permitida variação máxima de 5%

Características adicionais: acabamento branco; com prato giratório; controlador por timer.

O produto deverá vir acompanhado de manual de instruções em português.

Programa Brasileiro de Etiquetagem INMETRO: selo PROCEL Eficiência Energética A

Garantia mínima: 1 ano

Modelo de referência: Marca Philco, Modelo PMO28B (ou similar equivalente)

Item 102 - Lavadora de roupas convencional

Máquina lavadora de roupas convencional, mín 12 kg, 127 V

MEDIDAS APROXIMADAS: Largura: 590mm; Profundidade: 665mm; Altura: 1046mm

* Dimensões aproximadas, sendo permitida variação máxima de 5%

Características adicionais: Máquina com funções de lavagem, enxágue e centrifugação, com no mínimo 5 programas de lavagem, abertura superior, água fria, cor branca, cesto em aço inoxidável.

O produto deverá vir acompanhado de manual de instruções em português.

Programa Brasileiro de Etiquetagem INMETRO: selo PROCEL Eficiência Energética A

Garantia mínima: 1 ano

Modelo de referência: Marca Electrolux, Modelo LAC12 (ou similar equivalente)



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 26/2025 - CIMA (10.01.05.31.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/11/2025 08:58)

CAMILA HELOISA DA SILVA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CIMA (10.01.05.31.01)

Matrícula: ###908#1

(Assinado digitalmente em 04/11/2025 16:13)

CAROLINA CORAZON NUNES

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CIMA (10.01.05.31.01)

Matrícula: ###447#0

(Assinado digitalmente em 04/11/2025 16:17)

IVAN DARIO GOMEZ ARAUJO

PREFEITO(A) UNIVERSITARIO - TITULAR

PRU (10.01.05.31)

Matrícula: ###461#3

(Assinado digitalmente em 04/11/2025 16:14)

JOASIO DE AQUINO

CHEFE DE COORDENADORIA - TITULAR

CIMA (10.01.05.31.01)

Matrícula: ###453#0

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **26**, ano: **2025**,
tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **04/11/2025** e o código de verificação: **14f28ddb92**

UNIVERSIDADE FED. DA INTEGR. LATINO-AMERICANA

Estudo Técnico Preliminar 92/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23422.013158/2025-41

2. Descrição da necessidade

A presente aquisição tem por objetivo atender à necessidade de reposição, substituição e complementação de bens móveis e equipamentos diversos como, mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de climatização, equipamentos de áudio e vídeo, equipamentos de segurança, sinalização e materiais de apoio a atividades pedagógicas e esportivas, essenciais para o pleno funcionamento das atividades institucionais da UNILA.

Os itens descritos compõem o conjunto de bens que viabilizam tanto o uso administrativo quanto o atendimento ao público e o suporte a atividades pedagógicas, esportivas e operacionais.

A contratação justifica-se diante da demanda recorrente por reposição de itens desgastados ou inservíveis, da substituição de equipamentos inadequados ao uso atual e do atendimento de novas necessidades estruturais e funcionais identificadas no contexto das atividades desempenhadas pela instituição. Busca-se, assim, assegurar a continuidade e a melhoria das condições de trabalho, de atendimento e de utilização dos espaços institucionais.

Além disso, a aquisição é essencial para proporcionar condições adequadas de uso dos ambientes, promovendo maior eficiência operacional, segurança, conforto e qualidade no atendimento à comunidade acadêmica e ao público em geral. Essas melhorias contribuem diretamente para o aperfeiçoamento dos serviços prestados e para o cumprimento das atividades-fim da instituição, em atendimento ao interesse público e em conformidade com a missão institucional da UNILA e com o dever da Administração Pública de prestar serviços de forma eficiente e segura.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	IVAN DARIO GOMEZ ARAUJO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE	JOÁSIO DE AQUINO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que essa aquisição seja corretamente realizada, existem requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

- A contratada deverá fornecer os bens de acordo com as especificações técnicas, quantitativos e prazo de entrega definidos pela universidade;
- A entrega dos bens deverá ser realizada no Almoxarifado da UNILA, no seguinte endereço: Rua Macucos, 131, Portal da Foz, Foz do Iguaçu, PR, CEP 85859-450, mediante agendamento pelo telefone (45) 3522 9992 ou e-mail almoxarifado@unila.edu.br;

- A contratada deverá responsabilizar-se pelas despesas de quaisquer tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição dos produtos;
- Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 1. Na produção dos materiais – preferencialmente com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento;
 2. Modo de produção – sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais;
 3. Embalagens compactas;
 4. Produtos que economizem água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental;
 5. Na destinação final, produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso;
 6. Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos, observamos alguns exemplos de produ

I - bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

- A contratação se dará através de Registro de Preço.
- Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.1.4.

5. Levantamento de Mercado

Com o objetivo de subsidiar a caracterização da demanda, a definição das especificações técnicas e a estimativa de preços, foi realizado levantamento de mercado envolvendo diferentes fontes de consulta. A pesquisa compreendeu:

- Consulta a catálogos e sites de fabricantes e distribuidores especializados;
- Análise de compras públicas anteriores disponíveis nos portais Compras.gov.br e Painel de Preços;
- Cotações junto a fornecedores do setor, com base em valores de mercado praticados recentemente.

A contratação abrange diversas categorias de bens, entre elas: mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de climatização, equipamentos de áudio e vídeo, equipamentos de segurança, sinalização e materiais de apoio a atividades pedagógicas e esportivas.

Durante a análise, verificou-se ampla disponibilidade de itens no mercado, sem ocorrência de dificuldades relevantes quanto à oferta ou à padronização de especificações. Não foram identificadas variações significativas de preços ou características técnicas entre fornecedores que pudessem comprometer a definição dos objetos ou a competitividade do certame.

Com base nesse levantamento, verificou-se a viabilidade de organização da futura contratação por lotes temáticos, agrupando alguns dos itens conforme suas funcionalidades e especificidades, o que permitirá maior racionalidade na

execução e no gerenciamento da aquisição, além de favorecer a competitividade entre os fornecedores especializados em cada segmento.

6. Descrição da solução como um todo

A presente contratação visa a aquisição de bens diversos, organizados por categorias específicas, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), com o objetivo de suprir demandas operacionais, administrativas, acadêmicas e institucionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A solução proposta contempla a aquisição de itens como:

- Mobiliário (mesas, cadeiras, armários, estantes etc.);
- Eletrodomésticos (geladeiras, micro-ondas, bebedouros, entre outros);
- Equipamentos de climatização (condicionadores de ar, aquecedores etc.);
- Equipamentos de áudio e vídeo (projetores, caixas de som, microfones etc.);
- Equipamentos de segurança (câmeras, detector de metais, etc.);
- Itens de sinalização institucional;
- Materiais de apoio a atividades pedagógicas e esportivas.

A solução está estruturada por lotes temáticos, conforme a natureza e a funcionalidade dos bens, de forma a permitir maior eficiência no processo de aquisição, ampliar a competitividade entre fornecedores especializados e facilitar a gestão contratual.

Considerando a diversidade de itens, a abrangência institucional e a necessidade de aquisições que podem ocorrer de forma gradual e conforme a disponibilidade orçamentária, a contratação será viabilizada por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Essa modalidade permite a centralização da licitação em um único processo, garantindo maior racionalidade administrativa e a possibilidade de atendimento fracionado das unidades requisitantes ao longo da vigência da ata. Além disso, contribui para a otimização dos recursos públicos, redução de retrabalho e maior flexibilidade na execução orçamentária.

A proposta está alinhada ao planejamento institucional e às necessidades identificadas pelas unidades acadêmicas e administrativas da UNILA, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho, ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. O levantamento de mercado confirmou a viabilidade da aquisição, com ampla disponibilidade de itens e fornecedores, o que reforça a pertinência da estratégia adotada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no levantamento das demandas encaminhadas por diversas unidades acadêmicas e administrativas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), considerando:

- Necessidades de reposição de bens danificados ou obsoletos;
- Ampliação de espaços físicos e adaptação de ambientes de trabalho, salas de aula, laboratórios e áreas de uso comum;
- Apoio às atividades pedagógicas, esportivas, técnicas e institucionais previstas para o próximo exercício.

O levantamento permitiu consolidar uma estimativa por categoria de item, a ser detalhada no Termo de Referência. Como se trata de contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP), os quantitativos

foram estimados de forma a representar o consumo potencial da instituição durante a vigência da ata, sem obrigatoriedade de aquisição integral.

As quantidades estimadas refletem a demanda real das unidades da UNILA, com margem de segurança compatível com o porte da instituição e os objetivos da contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.287.053,65

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada por meio das seguintes fontes:

- Levantamento de preços praticados em compras públicas anteriores, obtidos nos portais **Compras.gov.br** e **Painel de Preços**;
- Pesquisas em sites de fabricantes e revendedores especializados.

A pesquisa foi conduzida para cada categoria de bens envolvida na contratação — como mobiliário, eletrodomésticos, climatização, equipamentos eletrônicos, segurança, sinalização e materiais pedagógicos e esportivos — respeitando a especificidade técnica de cada item e considerando os quantitativos estimados com base nas demandas encaminhadas pelas unidades da UNILA.

A metodologia adotada para consolidação dos preços foi a **média ou mediana simples** dos valores obtidos para cada item pesquisado, conforme informado na planilha de pesquisa de preços.

8.1 Atualização ou Reajuste de Valores

Considerando que o presente Pregão Eletrônico para Registro de Preços tem por objeto a aquisição de bens diversos destinados a suprir demandas operacionais, administrativas, acadêmicas e institucionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), abrangendo itens como mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de climatização, tecnologia, segurança, sinalização e materiais de apoio a atividades pedagógicas e esportivas, verifica-se que os custos desses bens acompanham a variação geral dos preços praticados no mercado nacional.

Dessa forma, adota-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como índice de reajuste contratual a ser aplicado, quando cabível, nos contratos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços. O IPCA é amplamente reconhecido como o indicador oficial da inflação no país e reflete de forma abrangente as oscilações de preços de bens e serviços de consumo, sendo, portanto, o índice que melhor representa a variação dos custos dos itens abrangidos nesta licitação.

A escolha do IPCA encontra respaldo técnico e jurídico no item 7, alínea “b”, do Anexo IX da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, bem como na Conclusão DEPCONSU/PGF/AGU nº 38/2013, que estabelecem a necessidade de justificativa técnica para a seleção do índice de reajuste mais adequado à natureza do objeto.

Assim, o reajuste deverá observar o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação acumulada do IPCA/IBGE no período, conforme o disposto no art. 40, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação será estruturada de forma parcialmente parcelada, com o objetivo de compatibilizar a padronização de determinados conjuntos de bens com a ampliação da competitividade e a eficiência na gestão contratual.

Foram definidos quatro grupos de itens que, em razão da padronização institucional, da compatibilidade técnica e da uniformidade estética e funcional, devem ser fornecidos por um único fornecedor. Essa organização busca garantir coerência na aplicação dos bens, facilitar a manutenção, assegurar a integridade visual e operacional dos ambientes e permitir melhor gestão dos estoques e reposições futuras.

Além desses grupos, a licitação incluirá itens não agrupados, que não apresentam restrições de padronização e poderão ser adquiridos de forma individual ou por meio de lotes específicos. Essa estratégia visa ampliar a competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em categorias específicas de bens.

A opção pelo parcelamento parcial, com agrupamento quando tecnicamente justificável, atende ao disposto no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração a adotar o parcelamento da contratação sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, sem comprometer a eficiência da execução contratual.

A estrutura adotada permite equilibrar os princípios da economicidade, da eficiência e da isonomia entre os licitantes, assegurando que a solução atenda às necessidades institucionais da UNILA com qualidade, compatibilidade e gestão simplificada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029, especificamente no Objetivo 11: Consolidar a infraestrutura da UNILA por meio uma política integrada de uso dos espaços, priorizando ensino, pesquisa, extensão, convivência, diversidade e inclusão, com foco em sustentabilidade ambiental e orçamentária;
- Plano de Gestão 2023-2027, especificamente no Eixo 5. Infraestrutura Física, Item 7. Criar espaços apropriados para atividades físicas e desportivas, com equipamentos e profissionais especializados/as;
- Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 156/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação visa atender de forma abrangente e contínua as demandas da Universidade em relação a bens móveis, equipamentos e materiais diversos de uso institucional. A aquisição tem como objetivo garantir que a UNILA não fique desassistida quanto aos itens necessários ao funcionamento adequado de suas atividades institucionais e para a melhoria da infraestrutura disponível à comunidade universitária.

13. Providências a serem Adotadas

Não se verificam providências a serem adotadas para a viabilidade desta demanda.

14. Possíveis Impactos Ambientais

As ações a serem realizadas que possam ter algum impacto ambiental são, principalmente, a utilização de material de maneira inadequada, a destinação incorreta de material, resíduos e embalagens, em desacordo com a legislação vigente.

A pretensa aquisição, cita em seu Termo de Referência, os requisitos de sustentabilidade exigidos, como forma de reduzir possíveis impactos ambientais

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOASIO DE AQUINO

Agente de contratação

CAMILA HELOISA DA SILVA

Agente de contratação

CAROLINA CORAZON NUNES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 15:24:13.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 14/2025 - CIMA (10.01.05.31.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/11/2025 08:58)

CAMILA HELOISA DA SILVA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CIMA (10.01.05.31.01)

Matrícula: ###908#1

(Assinado digitalmente em 04/11/2025 16:13)

CAROLINA CORAZON NUNES

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CIMA (10.01.05.31.01)

Matrícula: ###447#0

(Assinado digitalmente em 04/11/2025 16:14)

JOASIO DE AQUINO

CHEFE DE COORDENADORIA - TITULAR

CIMA (10.01.05.31.01)

Matrícula: ###453#0

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: **14**, ano: **2025**,
tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **04/11/2025** e o código de verificação: **306812b52d**

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS



ADEQUAR IDENTIDADE VISUAL DA EMPRESA (LOGOTIPO, NOME ETC.)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 90028/2025

PROPOSTA DE PREÇO

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
Item do TR	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Valor total :				

Declaramos que garantimos o fornecimento dos bens e serviços sempre que solicitados e no prazo exigido no Termo de Referência, contados a partir do envio/recebimento da "Solicitação de Fornecimento" e/ou Nota de Empenho.

Declaramos que todas as parcelas solicitadas dos bens e serviços atenderão às exigências e especificações do Edital de Pregão Eletrônico N° 90010/2025, assim como a toda legislação inerente ao fornecimento do(s) mesmo(s).

Declaramos que nos preços consignados em nossa proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da presente data.

Declaramos que garantimos a qualidade dos serviços e as quantidades dos bens solicitados, assim com as exigências emanadas dos órgãos competentes no que se refere ao carregamento, transporte e descarregamento dos mesmos.

Indicamos e nomeamos o(a) Sr(a), CPF nº, RG nº, como nosso(a) representante legal, com competência e autorização para decidir e resolver toda e qualquer solicitação, reclamação e/ou pendências inerentes e durante a execução do objeto contratado, podendo ser contatado pelo(s) telefone(s) (xx)

Informamos, abaixo, nossos dados para futuros compromissos, caso nossa empresa seja a vencedora deste certame licitatório.

Razão Social:
CNPJ nº
Endereço:
Telefone/Fax:
Correio eletrônico:
Banco:
Agência:
Conta Corrente:
Correio eletrônico:.....

..... de de 2025.

(assinatura)

(nome e cargo do signatário)

CPF:

RG:

CNPJ:

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

Observação: A proposta de preço deverá ser assinada em papel timbrado com carimbo da empresa ou por meio de assinatura digital.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Minuta padrão da AGU para compras, disponível em:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-no-14-133-21-para-pregao-e-concorrancia>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XXX/XXXX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2025

Processo Administrativo N.º **23422.013158/2025-41**

O(A) Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 3.147, Itaipu B, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP 85.867-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 11.806.275/0001-33, neste ato representado(a) pelo(a) Coordenador de Compras, Contratos e Licitações, Sr. Luis Carlos Pais Gularte, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica ~~OU [procedimento de contratação direta]~~, para REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2025, publicada no de/202....., processo administrativo n.º 23422.002695/2025-65, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ~~OU [Aviso de Contratação Direta]~~, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição Bens e Materiais de Infraestrutura para atender as necessidades da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especificado(s) no Termo de Referência **185/2025**, anexo do edital de Licitação nº **90028/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantido ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA, UASG 158658.**

~~3.2. — {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:~~

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

3.3. Além do gerenciador, **NÃO há órgãos** e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

~~OU~~



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

- 4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

- 4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ~~OU não poderá~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou no aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá,



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Administração, Gestão e Infraestrutura
Coordenadoria de Compras, Contratos e Licitações

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Foz do Iguaçu, xx de xxxxx de 2025.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de Licitar e contratar com a União, decorrentes da prática de infrações cometidas na fase licitatória e definidas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM EXERCÍCIO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, nomeado pela Portaria nº 603/2024/GR de 17 de junho de 2024, tendo em vista a delegação de competências e o estabelecimento de atribuições pela Portaria nº 283/2020/GR, alterada pela Portaria 502/2022/GR e, considerando o previsto na Lei nº 9.784/1999 e na Lei nº 14.133/2021, **RESOLVE**:

Art. 1º Estabelecer o regramento para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, decorrente da prática de condutas previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cometidas na fase licitatória, no âmbito dos procedimentos licitatórios realizados pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

Art. 2º No curso das licitações realizadas no âmbito da UNILA, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidades e a aplicação de sanções, quando restar comprovada a ocorrência da prática injustificada das condutas tipificadas no Art. 155 da Lei 14.133/2021 e abaixo transcritas:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame (Art.155, inciso IV): consideram-se comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- a) deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- b) entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- c) fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- d) deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação ou pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

II - não manter a proposta (Art.155, inciso V): salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado - Constituem comportamentos que serão enquadrados neste inciso, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

- a) deixar de atender a convocações do agente de contratação ou pregoeiro durante o trâmite do certame, como encaminhar proposta atualizada; deixar de prestar informações adicionais quanto ao objeto licitado, ou atendê-las de forma insatisfatória;
- b) deixar de encaminhar as amostras solicitadas pelo agente de contratação ou pregoeiro ou às encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório ;
- c) abandonar o certame;
- d) solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (Art.155, inciso VI);

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (Art.155, inciso VIII) ;

V - fraudar a licitação (Art.155, inciso IX): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da UNILA, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste Artigo.

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (Art.155, inciso X): considera-se a conduta deste inciso como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

VII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (Art.155, inciso XI)

VIII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (Art.155, inciso XII).

Art. 3º Para fins de apuração da sanção de Impedimento prevista no inciso III do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, cuja competência pela aplicação é do Reitor da UNILA ou a quem ele delegar competência, sua eventual aplicação deverá estar de acordo com as disposições deste Instrumento Normativo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na Lei, quando a licitante:

I - Art. 155, inciso IV: deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 01 (um) mês.

II - Art. 155, inciso V: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses.

III - Art. 155, inciso VI: não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas nos demais incisos do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 (incisos I a III, e VII a XII), a avaliação e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena prevista no contrato/instrumento convocatório caberá aos fiscais e gestores do contrato/instrumento equivalente, e submetidos a análise da autoridade competente, aplicando-se, no que couber, o disposto neste Instrumento Normativo.

Art. 4º As penalidades previstas no Art. 3º, serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) na sua pena-base, para cada agravante, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado que o licitante tenha sofrido registro de 3 (três) ou mais penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do fato que ensejou a abertura do processo sancionatório;

II - quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a condenação, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave à UNILA.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, se aplicáveis ao caso, também serão majoradas na forma prevista neste Artigo, em especial quando da ocorrência do contido no inciso V.

Art. 5º Quando a conduta da empresa não tenha incidido em qualquer agravante do Art. 4º, as penas previstas no Art. 3º serão reduzidas pela metade, apenas uma vez, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pela UNILA.

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável, ou de menor repercussão, do licitante;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo;

§1º No caso em que o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou contratações ocorridos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade, a sanção será reduzida para ¼ (um quarto).

§ 2º - As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, se aplicáveis ao caso, também serão minoradas na forma prevista neste Artigo.

Art. 6º Na aplicação das sanções, compete ao Reitor da UNILA, ou a quem ele delegar tal função, a avaliação e aplicação dos critérios de dosimetria das sanções previstas neste Instrumento Normativo.

Art. 7º No caso do certame conter diversos itens, as penalidades tipificadas nesta Instrução Normativa serão apuradas por item ou grupo, e serão agrupadas e somadas para fins de aplicação da sanção.

Parágrafo único: Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

Art. 8º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Art. 9º É dever de todo servidor da UNILA, em especial dos agentes de contratação, fiscais e gestores de contrato, comunicar ao Departamento de Contratos - DECON, acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar aos tipos infracionais previstos no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Além da comunicação de que trata o caput deste Artigo, também é seu dever prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao eventual cálculo de multas pecuniárias.

§ 2º Diante da avaliação das circunstâncias do caso concreto, o servidor, agente de contratação ou pregoeiro, fiscal e gestor de contrato poderá justificar o afastamento do dever de comunicação de que trata o caput deste Artigo, quando entender que na prática de alguma conduta prevista no Art. 2º desta normativa estejam presentes as circunstâncias previstas no Art. 5º, sem prejuízo de eventual reavaliação da pertinência da instauração do processo sancionatório por parte da autoridade competente.

§ 3º O DECON deverá manter em sua página institucional formulário adequado e atualizado para solicitar abertura de procedimento para conduta passível de aplicação de penalidade, disponível em <https://portal.unila.edu.br/proagi/cccl/demandantes-e-area-tecnica/sancoes>.

Art. 10. A partir da comunicação de que trata o caput do Art. 9º desta instrução normativa, cumpre ao DECON realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a apreciação do pedido e condução do processo, visando a produção de provas e esclarecimentos adicionais junto aos demandantes da sanção e ao pretenso sancionado;

II - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

III - o controle dos prazos;

IV - o recebimento e análise das respostas, manifestação e alegações dos investigados;

V - a produção de relatório final conclusivo, ou minuta de decisão apta a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação/afastamento da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 11. Após esauridos os recursos administrativos cabíveis, caberá ao DECON adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. Aplicam-se aos processos administrativos instaurados com base nesta Normativa, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 1999, devendo prevalecer os prazos e procedimentos específicos previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 13. Fica revogada a Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, publicada no Boletim de Serviço 54/2021, de 02 de julho de 2021.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa 02/2021/PROAGI, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

DIOGO ANDRE BASTIAN

Instrução Normativa nº 1/2024/Proagi, com publicação no Boletim de Serviço nº 71, de 23 de Abril de 2025.

Observações:

Documento publicado em Duplicidade. Consultar a versão original no Link: <https://atos.unila.edu.br/atos/instrucao-normativa-n-ordm-156-2024-proagi-16257>